

Material didático para as oficinas do projeto de extensão

MEMÓRIAS DAS LUTAS PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Casas Incendiadas no Rastro Das Violências Contra os Camponeses



*Lavradores de Papucaia dizem
que situação é de calamidade*



Rio de Janeiro, 2017

Rio de Janeiro, 2018

2ª. Edição revista

Equipe

Ana Maria Motta Ribeiro
Barbara Pelaccani
Diego Maggi
Édina Moura Vianna
Eve Bühler
Evelyn de Castro
Fabrício Teló
Farlen Nogueira
Gabriela Dantas
Helenise Rodrigues da Costa Borges
Hugo Belarmino de Moraes
Ivo da Costa do Rosário
Juan Santos Pinto
Leonardo Maggi
Leonilde S. de Medeiros (coord.)
Lucas Pedretti
Lúcia de Fátima Ataíde de Lima

Luiza Antunes Dantas de Oliveira
Magda Rocha Tiburcio
Maria José Andrade de Souza
Millena Reis
Paulo Roberto R. Alentejano (coord.)
Pedro D'Andrea
Pollyana Vidinha Queiroz
Raíene Evangelista
Ricardo Braga Brito
Rosilene Brives
Silas Evangelista
Tharllles Lopes Gervasio
Valter Lucio de Oliveira
Victor Cadorin
Vinicius Maia Cardoso
Virna Plastino

Produção

Ana Maria Motta Ribeiro
Barbara Pelaccani
Diego Maggi
Eve Bühler
Fabrício Teló
Juan Santos Pinto
Leonilde Servolo de Medeiros
Lucas Pedretti

Luiza Antunes Dantas de Oliveira
Maria José Andrade de Souza
Paulo Alentejano
Pedro D'Andrea
Pollyana Vidinha Queiroz
Ricardo Braga Brito
Valter Lucio de Oliveira
Vinicius Maia Cardoso

Revisão Técnica

Luiza Antunes Dantas de Oliveira, Fabrício Teló, Ana Maria Motta Ribeiro, Leonilde Medeiros e Paulo Alentejano

Desenhos

Raíene Evangelista
Silas Evangelista

Realização

- Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu (Gestão 2017-2020)
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Universidade Federal Fluminense
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Movimento dos Atingidos por Barragens
- Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói (GT Agrária – AGB)
- Sociedade Clube da Esquina de Amigos do Arquivo Histórico de Cachoeiras de Macacu

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros
APP - Área de Proteção Permanente
CEASA - Central de Abastecimento
CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
CEV - Comissão Estadual da Verdade
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
CIE - Centro de Informações do Exército
CIEx - Centro de Informações do Exterior
CIPA - Complexo Industrial e Portuário do Porto do Açu
CISA - Centro de Informações da Aeronáutica
CNV - Comissão Nacional da Verdade
COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRB - Confederação Rural Brasileira
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG - Escola Superior de Guerra
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPERJ - Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial Militar
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirantes
ONU - Organização das Nações Unidas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PIB - Produto Interno Bruto
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SNI - Serviço Nacional de Informações
SRB - Sociedade Rural Brasileira
STF - Supremo Tribunal Federal
UDR - União Democrática Ruralista
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	8
Eixo 1 - Ditadura, Memória e Justiça de Transição.....	13
O golpe de 1964: a conjuntura pré-golpe e a derrubada de Jango	13
A ditadura e a implementação de um novo modelo econômico	17
A violência de Estado: estrutura de repressão e violações de direitos humanos	19
Lutas por Memória, Verdade e Justiça	22
Eixo 2 - Questão Agrária e Repressão	28
A resistência camponesa e seus mediadores.....	32
As formas de repressão	34
O projeto econômico da ditadura empresarial-militar para o campo.....	39
Eixo 3 – Conflitos no campo no Rio de Janeiro (1946-1988)	46
Terra e conflito no Estado do Rio de Janeiro	47
Os conflitos pela terra em Cachoeiras de Macacu	56
Eixo 4 – Continuidades da violência no campo no estado do Rio de Janeiro após a redemocratização	65
A luta pela terra e pela água em Cachoeiras de Macacu	72
Considerações finais.....	76
ANEXO 1: Lista de presos em razão de conflitos fundiários no município de Cachoeiras de Macacu	78
ANEXO 2: O Porto do Açu.....	82
ANEXO 3: O COMPERJ	84
ANEXO 4: Ocorrências de assassinatos/tentativas e ameaças de morte nos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro (2007-2016, CPT)	86
ANEXO 5: Linha do tempo da luta pela terra e pela água no vale do Guapiaçu... 89	
Referências Bibliográficas	91
Sugestões de filmes e documentários.....	94

Apresentação

Este material tem por objetivo subsidiar a realização de quatro oficinas junto aos professores da rede pública de ensino fundamental e médio de Cachoeiras de Macacu no âmbito do projeto de extensão “Memórias das lutas pela terra no Estado do Rio de Janeiro”. Esta iniciativa é um desdobramento de uma pesquisa anteriormente realizada e, agora, em fase de preparação para publicação, sob a coordenação da professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), intitulada “Conflitos e Repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, cujo relatório está disponível *online*¹. Voltada a subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, a respeito das violações de direitos humanos cometidas contra camponeses no território fluminense, sobretudo no âmbito dos conflitos fundiários, a pesquisa contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) por meio do Edital nº 38/2013 – Programa “Apoio ao estudo de temas relacionados à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988”, que aprovou também outros seis projetos coordenados por pesquisadores de universidades fluminenses.

Esta iniciativa é também uma forma de atender a uma demanda dos agricultores de Cachoeiras de Macacu vinculados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esses agricultores, na ocasião de uma atividade de apresentação dos resultados da pesquisa aos moradores da localidade de Serra Queimada, área ameaçada pelo projeto de barramento do Rio Guapiaçu, sugeriram que essa mesma atividade fosse desenvolvida junto aos professores do município, a fim de possibilitar que os filhos dos camponeses tivessem a oportunidade de conhecer a história de luta de seus antepassados.

Com este projeto, objetiva-se:

- chamar atenção para a importância da memória das lutas pela terra, seja para subsidiar as lutas futuras, seja para valorizar as conquistas já alcançadas;
- fazer frente ao silenciamento acerca da repressão ocorrida no meio rural fluminense, o que gera esquecimento e perpetuação de práticas de violência;

¹ <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>

- contribuir com o MAB no sentido de subsidiar a resistência dos agricultores ameaçados pelo projeto de construção da Barragem do Rio Guapiaçu;
- oportunizar aos estudantes universitários participantes do projeto o desenvolvimento de atividades pedagógicas de modo a favorecer a troca de saberes e experiências.

Espera-se estimular a incorporação do estudo da história das lutas locais no currículo das escolas. Consideramos central o papel dos professores na recuperação da memória seletivamente apagada pelas elites agrárias que sustentaram a ditadura empresarial-militar² e a repressão desumana conduzida pelo Estado contra os camponeses.

A equipe que está desenvolvendo este projeto de extensão é constituída por professores e estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O grupo conta, ainda, com a parceria do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói (GT Agrária – AGB). A primeira edição do texto contou com o apoio da atualmente extinta Coordenadoria Estadual por Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos, da Superintendência de Promoção de Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro, que dá continuidade aos trabalhos da extinta Comissão Estadual da Verdade do Rio.

2 Conforme veremos ao longo deste material, o golpe de 1964 e a ditadura que a ele se seguiu, contou com o apoio direto de setores das elites agrária e urbana através de organizações como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e as federações de bancos e indústrias. A visão de que estes setores se beneficiaram amplamente do regime autoritário instaurado com o golpe foi ratificada ao longo da pesquisa “Conflitos e Repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988), que serve de subsídio a este material, amparando a opção pela terminologia “ditadura empresarial-militar”, conforme também defendido por Dreifuss (1981).

Introdução

As lutas pela terra marcam a história nacional e constituem um importante aspecto da construção do território brasileiro. Entretanto, quando pensamos no tema, o associamos às áreas mais conflituosas, frequentemente situadas nas frentes pioneiras, no Centro-Oeste ou na Amazônia. Se uma vertente importante das lutas fundiárias se verificou e ainda se verifica nestas regiões, não podemos esquecer que o Rio de Janeiro também contou com acontecimentos significativos, envolvendo violências, resistências e conflitos que impactaram a dinâmica social no campo e contribuíram para o delineamento da atual estrutura fundiária. De fato, apesar de a questão agrária não ser um tema muito trabalhado nos diferentes suportes midiáticos e acadêmicos locais, o espaço rural fluminense foi espaço de lutas que, em muitas ocasiões, se organizaram em torno do acesso à terra ou de reivindicações acerca do respeito aos direitos humanos fundamentais.

Os direitos humanos oferecem um ponto de partida interessante para pensar a questão trabalhada neste material didático. Trata-se de um conjunto de direitos básicos garantidos a todas as pessoas desde o nascimento, pelo simples fato de serem humanas, independentemente de raça, sexo, gênero, religião, nacionalidade ou língua.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, proclamada pela ONU em 1948, estipula que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Hoje, podemos dividir os direitos humanos em três grupos amplamente reconhecidos internacionalmente: (1) os direitos civis e políticos, que garantem a liberdade do indivíduo; (2) os direitos econômicos, sociais e culturais, que promovem a igualdade de oportunidades; (3) os direitos difusos e coletivos, pautados pelo valor de fraternidade e que extrapolam o âmbito do indivíduo e atendem a uma coletividade, como os direitos à paz, os direitos dos indígenas, da pessoa idosa, da criança e da adolescência, etc.

Para fins didáticos, em relação à postura exigida do Estado para a garantia dos direitos humanos, o constitucionalista José Afonso da Silva (2014) os diferencia em direitos humanos negativos e positivos. Os direitos negativos, também chamados de *absenteístas*, seriam aqueles que o Estado garante ao não intervir, como, por exemplo, o direito à liberdade de expressão e à integridade física. Por sua vez, os direitos positivos, ou *prestacionais*, exigem ações diretas do Estado, que deve garantir as condições para a sua realização. Como é o caso do direito à saúde, à educação, ao transporte, à moradia digna.

Durante a ditadura empresarial-militar, quando toda a população brasileira teve seus direitos civis e políticos cerceados, todo um aparato institucional de controle e repressão da população foi construído enquanto expediente de Segurança Nacional. Neste período, muitos sofreram com violências extremas cometidas pelo próprio Estado, como tortura, execução sumária e desaparecimento forçado. Com a redemocratização os direitos humanos ficaram consagrados na Constituição de 1988. Porém, em diversas circunstâncias, o Estado brasileiro segue sendo o principal violador de direitos.

As polícias brasileiras ainda possuem práticas herdadas do período ditatorial: muitas vezes desrespeitam a integridade física, a liberdade de expressão e o devido processo legal (direito de ampla defesa, direito a um julgamento imparcial no órgão de justiça competente, etc.). Nestes casos, o Estado viola os direitos humanos diretamente. Porém, este também age violando os direitos humanos ao se omitir do seu dever de fornecer as condições para que as pessoas possam usufruir de seus direitos. Neste sentido, qualquer que seja o período histórico considerado, é sempre a parcela mais pobre da população brasileira que, de maneira geral, tem acesso desigual e defasado a direitos como saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, água, saneamento, moradia.

O desrespeito a estes direitos é bastante frequente no campo, seja pelo acesso reduzido a serviços fundamentais (saúde, educação, poder judiciário), desigualdades no acesso à terra ou desprezo para certas formas de ser e viver. Todas estas formas de violação de direitos humanos configuram situações de violência.

A violência pode ser entendida nos seus múltiplos gradientes, começando pela violência contra a pessoa, em que um indivíduo ou um grupo usa a força para submeter, constranger alguém ou para obter dele alguma coisa. A violência contra a pessoa pode ser exercida sobre os próprios corpos (violência física) e almas (assédio moral,

chantagem, injúrias etc.) ou, de forma mais indireta, atuando contra seus pertences como, por exemplo, o confisco ou destruição de bens. Mas existem também formas de violência mais insidiosas, menos diretas, que não deixam de produzir efeitos devastadores, que costumam ser pensadas como violência estrutural, expressão geralmente atribuída ao norueguês Johan Galtung. É um tipo de violência que está “incorporada à estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida” (GALTUNG, 1969) e que impede os indivíduos de se realizarem. Pode corresponder, por exemplo, à institucionalização da desigualdade ou do elitismo, do racismo, sexismo que, de modo geral, conduzem à desigualdade de chance para os indivíduos frente ao sistema. A “estrutura” refere-se, fundamentalmente, à forma como o meio social está estabelecido, produzindo práticas, ações e valores incorporados pela sociedade e que se impõem aos indivíduos.

A violência cultural, por sua parte, constitui uma forma de coerção que se expressa a partir da linguagem, da imposição de um modo de vida ou da valorização de determinado conhecimento em detrimento de outros. São referências simbólicas que legitimam ou justificam a violência direta ou a violência estrutural. Nesse sentido, a violência cultural pode ser pensada com uma manifestação da violência estrutural. O sociólogo Pierre Bourdieu (1996) pensou mais especificamente esta dimensão, que ele designou como a violência simbólica que, por meio da imposição de significações aos fatos e às culturas, consegue também reproduzir relações de dominação. Esta violência é simbólica, pois é exercida com o consentimento implícito dos dominados, que incorporam os significados dominantes como sendo legítimos já que não dispõem de outras categorias de pensamento consolidadas. Assim sendo, esta violência é interiorizada pelo conjunto dos agentes, mesmo que represente apenas os valores daqueles que estão numa posição social privilegiada, e é exercida de forma inconsciente, produzindo sentimentos de inferioridade em suas vítimas.

No espaço rural do Estado do Rio de Janeiro, todas essas formas de violência tiveram alguma expressão ao longo do século XX. Com foco no resgate da memória das lutas pela terra no estado, este material didático mobiliza os diversos elementos contextuais que, ao longo do século, contribuíram para instaurar a violência, legitimá-la graças a valores culturais apresentados como naturais e incontornáveis e, em muitos casos, graças ao apoio das instituições públicas e políticas.

Para contribuir com esta ampla perspectiva, o material foi estruturado em quatro eixos complementares do ponto de vista cronológico e escalar. O **primeiro**, intitulado **Ditadura, Memória e Justiça de Transição** apresenta informações gerais sobre um momento histórico particularmente violento para a sociedade no seu conjunto, tendo desdobramentos no campo: a ditadura empresarial-militar. Mostra como o período levou a uma institucionalização das forças repressivas, junto com uma consolidação do poder arbitrário de alguns grupos sociais sobre outros. A ausência de garantia de grande parte dos direitos humanos por parte do Estado permitiu que fosse cometida uma série de atos violentos que estão sendo aos poucos investigados de forma sistemática com o intuito, dentre diversos objetivos, de construir uma memória coletiva das injustiças perpetradas.

O **eixo 2, Questão Agrária e Repressão**, foca particularmente a questão agrária e a repressão no campo, mostrando, graças a uma exploração de processos históricos e geográficos, que a questão agrária e a luta pela terra no estado estão embutidas na estrutura social e territorial brasileira.

Postos esses elementos contextuais que contribuem para explicar os quadros que permitiram a expressão da violência, associados à impunidade dos seus responsáveis diretos, o **eixo 3, Conflitos no campo no Rio de Janeiro (1946-1988)**, apresenta uma descrição dos principais conflitos no campo do Rio de Janeiro entre 1946 e 1988, com ênfase para os casos ocorridos em Cachoeiras de Macacu.

Por fim, o **eixo 4, Continuidades da violência no campo no estado do Rio de Janeiro após a redemocratização**, traz informações recentes que permitem discutir a atualidade da violência no campo fluminense durante o período democrático. Mostra, em particular, que o contexto político-econômico fomentou novas expressões da luta pela terra e da sua legitimação, nas quais a luta por uma estrutura fundiária mais justa está relacionada a contestar os grandes empreendimentos e os ideais socioeconômicos que os fundamentam. Ideais esses que expressam uma violência cultural, na medida em que consideram o rural e suas diversas dimensões como inferiores e submissos ao urbano e ao industrial e, portanto, legitimam a expulsão de trabalhadores do campo e a expansão da urbanização como sendo a melhor e única perspectiva possível.

Trata-se da imposição de valores associados ao urbano, à indústria e às finanças em detrimento do rural e das atividades a ele relacionadas que, além de provocarem a desapropriação de uma área física, carrega também o desprezo a outras formas de viver, de trabalhar e de se pensar na sociedade. Assim, é útil questionarmos os valores

dominantes que valorizam os grandes projetos de infraestrutura, a industrialização, os projetos turísticos, a urbanização, pois na maior parte dos casos não representam uma mudança desejável para a população diretamente afetada.

Eixo 1 - Ditadura, Memória e Justiça de Transição

O golpe de 1964: a conjuntura pré-golpe e a derrubada de Jango

Em 1º de abril de 2014, completaram-se 50 anos do golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, o Jango. Com isso, inúmeros foram os filmes, livros, documentários e matérias jornalísticas produzidos sobre o golpe e a ditadura que se iniciou naquele momento. Nunca havíamos falado e lembrado tanto daquele período da história, que deixou marcas profundas em nossa sociedade e que explica muitas das questões que enfrentamos hoje. Porém, ainda precisamos falar muito mais sobre aquele momento, marcado na nossa memória como os *anos de chumbo*. É preciso refletir sobre o contexto que levou ao golpe, como a ditadura se institucionalizou, quem foi beneficiado por ela, quem foram os alvos da violência do Estado e quais consequências ela gerou.

Os acontecimentos daquele 1º de abril de 1964 não foram um raio em um céu azul. Na verdade, o golpe foi o ápice de um contexto de profunda crise que o Brasil enfrentava naquele momento. Havia uma disputa entre diferentes projetos de país, que se acirrou a partir do início dos anos 1960. Em 1961, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, e a Constituição de 1946 previa que seu vice, Jango, deveria assumir. Contudo, Goulart fora ministro do trabalho de Getúlio Vargas, era da esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), possuindo diálogo com a esquerda comunista e, por isso, era visto com reservas por setores mais conservadores da sociedade, especialmente pelas Forças Armadas. Assim, com a renúncia de Jânio Quadros, três militares que ocupavam cargos de Ministros no seu governo, dentre eles João Figueiredo, vetaram a posse de Jango. A solução para o impasse se deu com a adoção provisória do sistema parlamentarista, limitando-se os poderes do chefe do Executivo em favor do Congresso Nacional, ou seja, Jango assumiu o mandato em 7 de setembro de 1961, mas com poderes reduzidos.

Em 1963, a situação foi revertida por meio de um plebiscito e, com o retorno do presidencialismo, Goulart passou a tentar implementar sua agenda de Reformas de Base. Com apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), dentre outros, passou a defender que o Brasil precisava se modernizar a partir de reformas como a tributária, bancária, urbana, universitária e, a

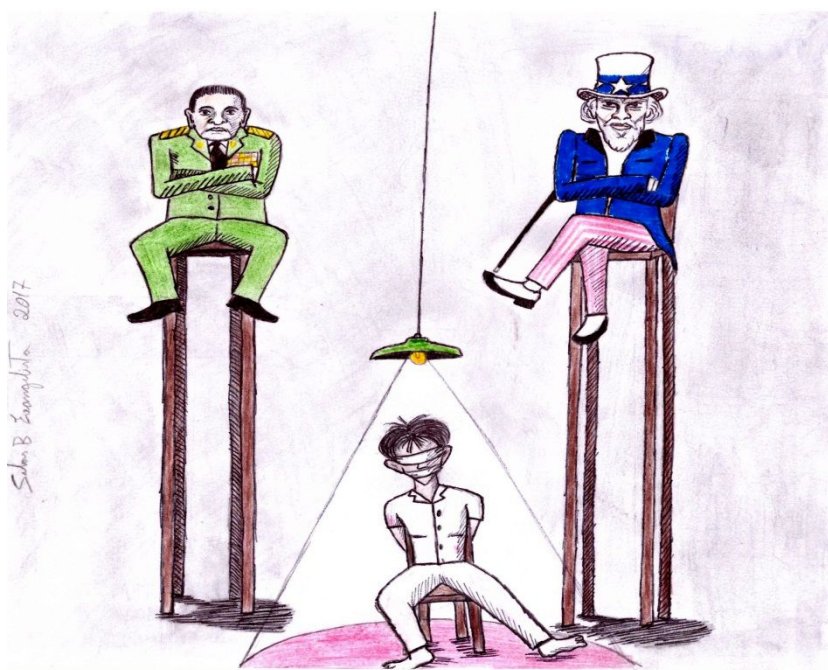
principal delas, a agrária. Outros setores da sociedade, contudo, também tinham seu projeto de modernização para o país. Intelectuais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e grandes empresários se reuniram no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)³ para formular suas propostas de reformas. Estava instalado, assim, um quadro de grande polarização e debate sobre os rumos do país.

É preciso lembrar que o mundo vivia, naquele momento, a chamada Guerra Fria. Uma grande disputa estava colocada entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Era o conflito entre dois modelos de sociedade: o capitalismo e o socialismo. A ofensiva anticomunista dos Estados Unidos orientava para a promoção de um discurso que associava o capitalismo como democrático por excelência. Assim, o aparato ideológico capitalista da democracia liberal norte-americana, difundia largamente a ideia do socialismo enquanto sinônimo de antidemocrático.

Já em 1959, a Revolução Cubana havia triunfado na pequena ilha que fica a alguns quilômetros da costa estadunidense. Os EUA não poderiam aceitar que mais países do continente americano ficassem sob influência soviética e, por virem em Goulart o risco de que isso pudesse acontecer, passaram a fomentar a conspiração contra seu governo⁴. No plano interno, o IPES alimentava campanhas de teor fortemente anticomunista, e, na esteira do discurso capitalista de defesa da democracia, buscava apresentar Jango como um comunista, então associado à negação da democracia – o que estava longe de ser verdade.

3 O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) foi criado em novembro de 1961, três meses após a renúncia de Jânio Quadros, por diversos nomes do empresariado nacional e multinacional, bem como militares da reserva, dentre os quais destaca-se o general Golbery do Couto e Silva. A organização era orientada para a ação política a partir da divulgação massiva do ideário anticomunista, organizando eventos e publicações com o intuito de influenciar opinião pública e tomadores de decisão no sentido do que consideravam como o avanço do comunismo no país, a começar pela figura do então presidente João Goulart. Também financiavam diretamente as campanhas de parlamentares que atuassem para barrar os projetos do governo Jango no Congresso Nacional. Em 1963 o IPES chegou a reunir mais de 500 membros de diversas capitais do país. Seu principal braço político era o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), junto com o qual formavam a central ideológica e operacional da conspiração que levou ao golpe contra o governo de Jango e, em seguida, forneceu os quadros de dirigentes para ocuparem os cargos políticos da ditadura. Destaca-se também que, em plena Guerra Fria, a ação política destas organizações contava com financiamento direto do governo norte-americano. (Dreifuss, 1981)

4 Para tratar do tema da influência direta dos Estados Unidos no golpe de 1964 sugerimos o filme “O dia que durou 21 anos”, de Camilo Tavares (2013). Link disponibilizado no final deste material.



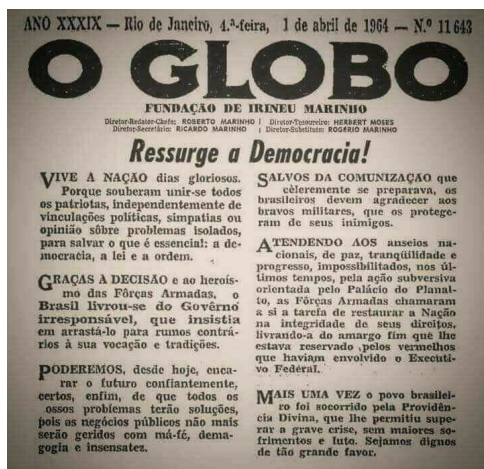
Desenho: Silas Evangelista, agricultor de Serra Queimada, militante do MAB

Como presidente, Jango utilizou os mecanismos legítimos de uma democracia para tentar pressionar o Congresso a aprovar suas reformas. Em 13 de março de 1964, convocou um grande comício, que ficou conhecido como o **Comício da Central**, pois ocorreu na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a poucos metros do então Ministério da Guerra. Nesta oportunidade, Jango apontou, entre outras medidas, a possibilidade de fazer uma reforma agrária ao longo das rodovias federais entrando em 100 quilômetros de cada lado. Para ele isto seria estratégico para uma ocupação produtiva por agricultores sem terra, voltados para a produção de alimentos e com facilidade de escoamento da produção. Os militares interpretaram esse ato como uma provocação. Foi o suficiente para municiar o argumento de que Jango pretendia dar um golpe de Estado para implementar suas reformas. Após o 13 de março, a conspiração contra João Goulart se acelerou e, na madrugada de 31 de março, tropas de Juiz de Fora começaram a marchar em direção ao do Rio de Janeiro.

No dia primeiro de abril de 1964, a presidência da república foi declarada vaga pelo Congresso Nacional, com o aval do principal órgão do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF), na figura do então presidente da corte, o ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa. Diante do cerco das Forças Armadas e com o respaldo das principais instituições civis da República, quais sejam, o Congresso Nacional e o STF, o

verniz democrático do golpe de 1964 estava dado, nos exatos termos da cartilha anticomunista norte-americana.

Não menos importante para a realização do golpe, foi a participação de outros setores da sociedade como veículos da grande imprensa, parte da Igreja Católica e parcela significativa das classes médias, aterrorizadas pela suposta ameaça comunista. Eles se manifestaram em apoio à deposição forçada de Goulart, consumando-se o golpe de estado que deu início à ditadura empresarial-militar no país.



Capa Jornal O Globo de 01/04/1964



Capa do Jornal O Dia 01/04/1964



Nota do Jornal do Brasil - 04/04/1964

A ditadura e a implementação de um novo modelo econômico



Créditos: Arquivo Nacional.

Legenda: Ditador Médici inspeciona obras da Ponte Rio-Niterói

O golpe de 1964 inaugurou uma ditadura que durou duas décadas. Como mencionado anteriormente, o golpe foi levado a cabo por setores conservadores da sociedade, que tinham um projeto político e econômico para o país. As características desse projeto iam em direção oposta à que propunha João Goulart com suas reformas de base. Após a tomada do poder, os grupos empresariais que participaram da conspiração para derrubar Jango puderam orientar decisões de seu interesse para o aparelho do Estado. Na prática, isso significou que cargos-chave da máquina estatal foram ocupados por gestores que representavam esses setores.

O IPES, sobre o qual já comentamos, é um bom exemplo. Ainda no período pré-golpe, a entidade promoveu cursos e seminários, formando os quadros que passaram a ocupar os principais postos da administração pública durante os governos ditatoriais dos generais Castelo Branco e Costa e Silva. Nesses fóruns, também foram delineadas as diretrizes econômicas e institucionais, bem como as medidas adotadas pela ditadura nos primeiros anos. Dois intelectuais do IPES que se destacaram nesse contexto foram Paulo Assis Ribeiro e Roberto Campos. Assim, a condução da política econômica entronizou grandes interesses capitalistas no novo esquema do poder. No governo

Castelo Branco, vários cargos foram ocupados por pessoas ligadas ao IPES: os Ministros da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo e Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão; os Ministros da Justiça e Negócios Interiores Milton Campos, Juracy Montenegro Magalhães e Mem de Sá; os Ministros da Indústria e Comércio Daniel Agostinho Franco e Paulo Egídio Martins; o Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa Bulhões; o Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos; os Ministros do Trabalho e Previdência Social Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Isso somente para ficar em alguns.

E o que significou esse projeto econômico da ditadura na prática? Alguns números podem nos ajudar a encontrar a resposta. Em 1972, mesmo ano em que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 11,7% – marco do momento em que os ideólogos do regime chamaram de “milagre econômico” –, o Brasil se tornou campeão mundial de acidentes de trabalho (SILVA, 2015). Dois anos depois, o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo de poder de compra, equivalendo a pouco mais de metade do que valia em 1960. O arrocho salarial era visível. O governo falava em “deixar o bolo crescer para depois reparti-lo”, mas o bolo cresceu muito e jamais foi repartido, havendo uma brutal concentração de renda no período e que permaneceu ao longo do tempo.

A política econômica da ditadura favorecia e acelerava a concentração de capitais e a formação de grandes grupos econômicos. Um caso que merece ser comentado é o das empreiteiras, que agora estão no centro do debate político em função da sua relação espúria com o poder público. Pois bem, foi na época da ditadura que esse modelo de relação entre o Estado e as empresas de construção civil se consolidou. Naquele período, as empreiteiras dispuseram de acesso direto ao poder, detendo força para pautar as políticas públicas e angariar fatias expressivas do orçamento público, direcionados para projetos de obras⁵.

O favorecimento aos grandes grupos econômicos ao longo da ditadura se dava tanto pelo acesso direto aos cargos da administração pública, obtendo vantagens nas decisões relacionadas às políticas públicas e orçamento, como também pelo recrudescimento da dimensão repressiva do Estado. Ao sufocar as manifestações sindicais e de luta pela extensão dos direitos, de um modo geral, o regime militar

5 Sobre o tema, merece destaque o livro de Pedro Henrique Pereira Campos, *Estranhas Catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar* (CAMPOS, 2014)

garantia um ambiente propício para os negócios. Com isso, muitos empresários se dedicaram ao financiamento direto da repressão política. Ficou célebre a participação de Hening Boilesen, do grupo Ultra, não só no financiamento, mas também nas próprias sessões de tortura de militantes de oposição⁶. Boilesen também foi o responsável por organizar, junto a outros empresários, a arrecadação de fundos para a Operação Bandeirantes (Oban), cuja atividade posteriormente inspirou os temidos Destacamentos de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde foram torturadas e assassinadas centenas de pessoas. É claro que a colaboração dos empresários era retribuída sob a forma de favores estatais para a viabilização de negócios, como se pode perceber no caso de Sebastião Camargo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores contribuintes com a “caixinha da Oban” e que conseguiu contratos para a construção de grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói.

A violência de Estado: estrutura de repressão e violações de direitos humanos

O golpe militar de 1964 inaugurou um período histórico marcado pelo terror de Estado. É certo que, camuflada ou ostensiva, a violência sempre esteve presente na história brasileira, sobretudo contra as camadas mais empobrecidas e marginalizadas da população. Mas, para defender seu projeto de desenvolvimento e afirmar sua ideologia, o regime montou uma estrutura repressiva que aprofundou o caráter violento do Estado brasileiro, cuja marca maior foi a implementação da tortura como instrumento de repressão.

Em nome da Segurança Nacional, colocada acima do Estado de Direito e da legalidade, os poderes Judiciário e Legislativo foram limitados em prol do Executivo. As imposições do regime eram feitas mediante os chamados Atos Institucionais, instrumentos desprovidos de qualquer fundamentação jurídica e que serviam de amparo aos atos de exceção do governo militar. Logo no primeiro Ato Institucional, em abril de 1964, os direitos e garantias dos civis, a liberdade de comunicação, expressão e de reunião foram suprimidos, o que era justificado como necessário para conter a “ameaça comunista”. Em seguida, com o Ato Institucional nº 2, os partidos políticos foram extintos, inaugurando-se um sistema bipartidário com ares de legalidade, sendo a

⁶ O documentário “Cidadão Boilsen” (Chaim Litewski, 2009) aborda o tema do financiamento privado do aparato de repressão, com destaque para a figura do Hening Boilesen. O link para acesso ao documentário está disponibilizado ao final deste material.

oposição representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e, enquanto partido do governo, a Arena (Aliança Renovadora Nacional). Também o mesmo AI nº 2 aboliu a eleição direta para presidente e alargou ainda mais os poderes do Executivo, conferindo-lhe, por exemplo, autoridade para dissolver o Congresso Nacional.

O regime criou vários órgãos e reestruturou outros, formando um complexo mecanismo de produção e difusão de informações, que alimentava a repressão política e garantia o controle social. Para a repressão das condutas consideradas subversivas, crimes contra a segurança nacional ou contra instituições militares, a competência para julgamento era da Justiça Militar, ainda que os acusados fossem civis. A apuração destes crimes era feita através dos chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs). De modo que eram os próprios militares que definiam o que era crime, investigavam os suspeitos e, em seguida, julgavam e proferiam a condenação.

Logo nos primeiros dias do golpe, pessoas ligadas aos setores organizados da esquerda, como a CGT, a UNE, as Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais, que começavam a se formar, foram duramente reprimidos. Ainda no mês de abril, centenas de IPMs foram abertos, resultando na cassação de direitos políticos de diversos parlamentares, demissão de funcionários públicos, levando muitos a se exilarem em outros países.⁷

A complexidade do mecanismo de repressão fica evidente quando tentamos listar todos os órgãos que participaram de ações que resultaram em tortura, morte ou desaparecimento. Siglas como DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) e DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) são mais conhecidas. A elas, se somam o CIE (Centro de Informações do Exército), CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) e CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Havia, ainda, o Serviço Secreto da Polícia Federal, a seção de informações das polícias militares, o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) e as divisões de informações em todos os ministérios civis, empresas públicas, e universidades.

No topo dessa estrutura, estava o gigantesco Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo poder pode ser atestado quando vemos que, dentre os cinco presidentes-

⁷ O filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (Cao Hamburger, 2006) retrata o imediato pós-golpe na cidade de São Paulo, através do olhar de uma criança que é afastada de seus pais quando estes são obrigados a se ausentarem do país para escaparem da repressão do regime militar. O link para acesso está disponibilizado no final deste material.

ditadores, dois, Médici e Figueiredo, passaram também pela chefia do órgão. A presença e a atuação do SNI, que tinha *status* de Ministério, comprovam a existência de uma cadeia de comando, no topo da qual estavam os presidentes militares. Era deles que partiam as ordens, instruções e diretrizes que autorizavam a prática de crimes por parte de agentes do Estado.

Se no topo da cadeia estavam os ditadores, quem estava na outra ponta? Ou seja, quem eram os atingidos por essa violência levada a cabo pelo Estado ditatorial?

É conhecida a história de vários dos homens e mulheres que ousaram lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e que, por conta de seus ideais e atuações políticas, foram perseguidos, presos, torturados e mortos pelo Estado brasileiro. Porém, conforme veremos no item a seguir, os casos que ganharam maior destaque em um primeiro momento foram aqueles cujas famílias dos mortos e desaparecidos políticos puderam acessar os canais de denúncia, possuindo condições de maior mobilização e visibilidade em torno do tema. Trata-se, sobretudo, dos casos de perseguidos políticos ligados aos partidos extintos pela ditadura, jovens ligados ao movimento estudantil e militantes ligados aos movimentos de origem urbana.

Entretanto, além dos mortos e desaparecidos políticos cujos casos se notabilizaram por se tratar de figuras públicas ou ligados aos movimentos urbanos de resistência, também houve tortura e perseguição às populações camponesas e marginalizadas. Inúmeras famílias camponesas tiveram suas vidas e suas terras usurpadas pelos interesses dos grandes latifundiários, apoiados pelo governo militar; milhares de indígenas foram torturados, mortos e expulsos de suas terras ancestrais; mais de cem mil moradores de favelas, acabaram sendo violentamente removidos de suas casas por conta de políticas urbanas excludentes; mulheres foram humilhadas, violentadas e discriminadas; gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, submetidos a forte censura e violenta repressão por forças policiais; negros e negras que, devido à cor de sua pele e às denúncias contra o racismo foram monitorados e perseguidos pelos órgãos de repressão; em muitas fábricas, as próprias empresas cuidavam da repressão. Finalmente todos os trabalhadores e trabalhadoras, foram submetidos a arrocho salarial, flexibilização da legislação trabalhista e mecanismos de concentração de renda impostos pelo projeto econômico de cunho empresarial-militar, implementado com o golpe de 1964.

O arranjo complexo dos órgãos de repressão da ditadura e o alto número de mortos e desaparecidos políticos dos quais se tem notícia atestam o caráter rotineiro das práticas de tortura, desaparecimento e execução no regime militar. Porém, segundo o discurso das autoridades militares e de apoiadores do regime, estas práticas se deviam à “excessos” de alguns oficiais ao realizarem suas atribuições cotidianas de investigações das práticas subversivas. Ao prestarem seus depoimentos às comissões da verdade instaladas no país, conforme veremos adiante, diversas autoridades militares, reconhecidas enquanto torturadores pelas próprias vítimas da ditadura, continuam insistindo no caráter não oficial destas práticas ao longo do regime. Contrariando as próprias características militares de rigidez hierárquica e disciplinar, e poder centralizado.

Lutas por Memória, Verdade e Justiça

O debate sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura e o resgate da memória daquele período se intensificaram com a criação, em 2012, da Comissão Nacional da Verdade. Porém, a luta para contrapor as versões oficiais da ditadura não começou naquele ano. Tampouco foi liderada pelo Estado brasileiro. Pelo contrário, essa batalha iniciou-se ainda sob a vigência do regime de exceção, nos anos 1970, e foi levada adiante pelos próprios familiares daqueles que eram assassinados ou desapareciam nas mãos de agentes da repressão.

Essa luta se deu de distintas maneiras. Os familiares produziam dossiês, enviavam cartas a autoridades, denunciavam a situação para órgãos internacionais de direitos humanos, dentre outras iniciativas. No curso dessa batalha, ainda na primeira metade da década de 70, formou-se a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pioneira na investigação de violações de direitos humanos. Pessoas que estavam exiladas relatavam e publicizavam as torturas sofridas no Brasil, e mesmo os presos políticos se mobilizavam, produzindo cartas e documentos, fazendo greves de fome e buscando denunciar as práticas da ditadura.

A morte do jornalista Vladimir Herzog na prisão do DOPS, em 1975 na cidade de São Paulo, para onde havia sido levado para prestar depoimento, foi um marco. A versão de suicídio, divulgada pelas forças de segurança, foi questionada num ato ecumênico realizado em seguida na Catedral da Sé, na capital paulista, e que contou com a presença de milhares de pessoas. Entre os oficiantes deste grande ato ecumênico,

estavam o Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o rabino Henri Sobel (Herzog era de origem judia) e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Esse ato é considerado como a primeira manifestação pública de grande porte contra a ditadura.

O ano de 1977 marcou a retomada das manifestações públicas em defesa das liberdades democráticas. Com a palavra de ordem “Libertem nossos presos! Agora, já!”, os protestos denunciavam a prisão e a tortura de presos políticos e resultaram na criação de uma campanha nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita. Em 1979, foi aprovada a Lei de Anistia, que permitiu o retorno de exilados e a soltura de presos políticos. Mas, diferentemente do que a sociedade esperava, a Lei de Anistia serviu também como uma autoanistia dos militares que haviam cometido crimes contra a humanidade. Pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de final de 1979, foi restabelecido o pluripartidarismo.

Na primeira metade dos anos 1980 surgiu e cresceu a mobilização por “Diretas Já!”, que expressava o desejo do povo brasileiro de votar para presidente e de pôr fim à ditadura. Os comícios em prol da emenda constitucional que permitiria eleições diretas levaram multidões às ruas de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia. No Rio de Janeiro, foi realizada manifestação em 10 de abril de 1984, quando a Avenida Presidente Vargas foi tomada por um milhão de pessoas. O Congresso Nacional, contudo, ainda era controlado pelas forças ligadas à ditadura, e as eleições que levaram o primeiro civil à presidência após mais de duas décadas foram realizadas de maneira indireta. Foi feita uma composição entre parte do MDB, e setores dissidentes do bloco de apoio aos militares, a Arena, resultando em uma chapa com Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente. De forma inesperada, ainda antes de assumir a presidência, Tancredo faleceu devido a problemas de saúde. Assim, em 1985, chegava ao poder seu vice, José Sarney, um quadro político que sempre esteve atrelado aos interesses do regime empresarial-militar.

Apesar da forte mobilização da sociedade, a transição da ditadura para o regime democrático foi controlada pelo regime vigente e levada a cabo na forma de um pacto entre elites empresariais e militares. Esse quadro explica uma série de dificuldades impostas à criação de mecanismos da Justiça de Transição, ou seja, de um conjunto de estratégias adotadas após um regime de exceção ao Estado de Direito, como foi a ditadura empresarial-militar, visando fortalecer as instituições democráticas para assegurar a não repetição das violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado.

A Justiça de Transição, em linhas gerais, atende aos direitos à memória e à verdade, ao acesso à justiça para reparação das vítimas e condenação das autoridades envolvidas, bem como o direito às reformas institucionais que se fizessem necessárias para romper com o legado autoritário e garantir a não repetição das atrocidades. Abrangem, por exemplo, desde medidas voltadas à reparação material e simbólica das vítimas de graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, até iniciativas de criação de monumentos em memória dos desaparecidos e modificação de nomes de logradouros públicos que antes exaltavam os ditadores. Neste momento, interessa-nos destacar ao menos três medidas principais de Justiça de Transição, sendo: esclarecimento dos crimes cometidos pelo Estado; reparação das vítimas e da sociedade como um todo pelas violações de direitos ocorridas no período autoritário; e responsabilização das autoridades envolvidas.

No Brasil as medidas adotadas para promover a memória das resistências, para esclarecer os crimes cometidos e reparar os atingidos foram muito tímidas e demoradas e só tiveram início em função da intensa luta levada a cabo, principalmente, pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Vale ressaltar que neste momento, grande parte das famílias engajadas eram as dos mortos e desaparecidos que militavam em partidos e movimentos de caráter urbano, pois eram famílias que possuíam condições de acessar os canais de denúncia e mobilização e de adquirir alguma visibilidade politicamente.

Assim, somente dez anos após a eleição indireta de 1985, o Estado brasileiro começa a admitir sua responsabilidade sobre mortes e desaparecimentos de opositores políticos ao longo da ditadura. Em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a Lei 9.140, que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e previu a possibilidade de indenização financeira aos familiares de 136 indivíduos automaticamente reconhecidos pelo Estado como desaparecidos políticos. No final de 2006, a CEMDP encerrou a primeira etapa de trabalho que consistiu na análise, investigação e julgamento de 480 pedidos de reparação e reconhecimento. Em seu relatório final, intitulado *Direito à Memória e à Verdade*, a CEMDP reconheceu 362 casos de mortos e desaparecidos.

Em 2001, foi criada a Comissão de Anistia com a finalidade de reparar moral e economicamente pessoas que tiveram atividades profissionais e estudantis prejudicadas por motivação política no período da ditadura. Até setembro de 2014, tinham sido

apresentados aproximadamente 74.000 requerimentos. Desde 2007, a Comissão de Anistia passou a promover não somente a reparação moral e material de parte das vítimas e de seus familiares, como também políticas públicas de memória e de educação em direitos humanos.

Foi preciso mais de dez anos após a criação da Comissão de Anistia para que o Estado brasileiro fizesse um novo movimento no sentido de garantir o direito à verdade e à memória, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012, voltada a esclarecer os crimes cometidos pelo regime militar.

Guerrilha do Araguaia

Um movimento armado de resistência à ditadura levado a cabo por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que ocorreu entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, na região sudeste do estado do Pará, abrangendo os municípios de São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis, Xambioá e Brejo Grande do Araguaia. No ano de 1972, as Forças Armadas iniciaram as tentativas de sufocar a guerrilha, promovendo diversas operações na região. A repressão ocorreu com o uso amplo e sistemático de torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, e em 1975 o movimento estava definitivamente sufocado. Há cerca de 70 desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. A atuação das Forças Armadas na região também impactou sobremaneira a vida de camponeses e indígenas que viviam na região, muitos dos quais também foram vítimas de graves violações de direitos humanos naquele contexto (BRASIL, 2014).

A CNV trabalhou por mais de dois anos pesquisando as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura. Longe de ser uma invenção brasileira, comissões da verdade já existiram em dezenas de países, entre eles, Chile, Argentina, África do Sul. São órgãos temporários criados para investigar violações de direitos humanos promovidas por Estados nacionais em determinado contexto, conferindo centralidade aos testemunhos das vítimas. As múltiplas experiências de comissões da verdade são fruto do reconhecimento do direito das vítimas, de seus familiares e da sociedade de conhecer a verdade sobre os padrões de violência cometidos no passado. A existência dessas comissões parte da tese de que o direito à memória e à verdade afasta as tentativas de esquecimento e evita que violações de direitos humanos se repitam.

No Brasil, a CNV teve uma diferença grande em relação aos outros países: foi constituída três décadas após o fim do regime autoritário. E, mesmo assim, sua criação só foi possível em função de uma condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, relativa ao caso da **Guerrilha do Araguaia**. O anúncio de que o

órgão seria criado incomodou muitos setores da sociedade, que pressionaram para limitar as atribuições da Comissão. Por isso, sua aprovação do Congresso Nacional foi difícil e só ocorreu após muitas negociações.⁸

Para além deste aspecto tardio em relação à criação da CNV, a historiadora Dulce Pandolfi⁹ chama a atenção para o fato de que em nosso país a Justiça de Transição foi implementada de uma maneira inversa ao que ocorreu em outros países da América Latina, com destaque para Argentina e Uruguai. Nestes, as medidas de esclarecimentos dos crimes da ditadura e de reconstrução da memória nacional foram empregadas antes das medidas de reparação moral e material das vítimas e familiares. No caso brasileiro, as medidas de reparação a algumas famílias de mortos e desaparecidos políticos, como no caso da CEMDP, foi anterior às iniciativas voltadas ao esclarecimento público e à memória coletiva. Este quadro transparece não só o quanto a mobilização das famílias dos perseguidos políticos foi fundamental neste processo, mas ainda, mais uma vez, os limites deixados por uma transição democrática pactuada com o regime militar.

Outra particularidade do caso brasileiro foi a criação de dezenas de comissões da verdade nos estados, municípios, universidades, sindicatos. Isso aponta para um grande interesse, difundido na sociedade, em tratar o tema, já que a marca das três décadas desde o final da ditadura havia sido o silêncio. Dessa forma, mesmo com algumas limitações, a CNV foi fundamental por criar um contexto em que os crimes da ditadura voltaram a ocupar lugar de destaque no debate público. Nesse sentido, lacunas deixadas pela CNV puderam ser supridas por comissões criadas em outros âmbitos. É o caso das investigações relativas a grupos sociais atingidos pela violência ditatorial, como indígenas, camponeses, trabalhadores urbanos, LGBTs, negros, moradores de favelas e periferias. Outras comissões tentaram dar conta de investigar esses outros alvos do regime, que costumam ficar esquecidos em nossas memórias e histórias sobre o período.

8 O documentário “Verdade 12.528” (Paula Sachetta e Peu Robles, 2013), cujo título faz alusão à Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, apresenta diversos depoimentos de pessoas diretamente afetadas pela repressão do regime militar. Também dedicado aos trabalhos da CNV, há o documentário “Em busca da Verdade” (TV Senado, 2015). O link para acesso aos dois filmes está disponível no final deste material.

9 A historiadora mencionou a ideia em palestra sobre o tema “Disputas de projetos e de narrativas: do golpe de 1964 à Comissão da Verdade”, no dia 08 de março de 2018 em Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

Hoje, é possível perceber que a temática tem ocupado muito pouco o noticiário e as discussões públicas. Muitos setores da sociedade aproveitaram o final da CNV para tentar construir a ideia de que já havia sido feito tudo o que era necessário para se lidar com o passado, e agora é preciso colocar uma pedra sobre a questão. No entanto, ainda há muito a avançar.

Um dos grandes temas que devem ser enfrentados nesse momento, no que se refere às medidas de Justiça de Transição, é a responsabilização criminal dos agentes perpetradores de crimes de lesa humanidade. Até hoje, o Judiciário brasileiro mantém uma interpretação conservadora da Lei de Anistia de 1979, não permitindo que as ações avancem na justiça. Além disso, é urgente que se aprofundem as investigações sobre como a ditadura e a repressão atingiram a vida daqueles que não necessariamente estavam organizados em movimentos políticos ou partidos. Nesse ínterim, podemos destacar especialmente os indígenas e camponeses vítimas de deslocamento forçado, devido às grandes obras promovidas pela política desenvolvimentista (sobretudo rodovias e hidrelétricas) e pela grilagem estimulada pela parceria Estado-latifúndio. Somente assim será possível compreender quais foram os profundos e nefastos efeitos, na cidade e no campo, do projeto político implementado com o golpe de 1964 e pensar em novas formas de reparação, que vão além da indenização financeira e individual, mas que se direcionem também às coletividades atingidas em sua identidade, buscando uma reparação mais estrutural e com maior potencial transformativo, como a restituição das terras griladas, por exemplo.

Eixo 2 - Questão Agrária e Repressão

Para entender a questão agrária brasileira é preciso voltar ao período colonial e compreender que a ocupação das terras foi feita por meio da doação de sesmarias a militares e colonizadores portugueses que tinham a obrigação de cultivá-las. Para tanto, inicialmente tentaram escravizar os povos indígenas. Frente às dificuldades e diante da possibilidade de lucros com o tráfico internacional de escravos, passaram a utilizar trabalhadores escravizados trazidos da África. Os sesmeiros contavam ainda com a mão-de-obra dos imigrantes pobres da Península Ibérica que pela sua condição não podiam pleitear sesmarias e se estabeleciam ou dentro das unidades constituídas ou a seu redor. Tais imigrantes eram acionados especialmente para o combate aos indígenas, derrubada das matas e para o preparo inicial do solo. Depois eram empurrados para outra terra para repetir o mesmo trabalho.

O sistema de sesmarias facilitou a concentração fundiária, a intensificação da monocultura como técnica de produção, o que causou sérios impactos ambientais, a intensa utilização de trabalho precário no campo e uma produção voltada não ao abastecimento interno, mas à exportação. Favoreceu ainda o estabelecimento de relações de favor e opressão.

Em 1850, foi instituída a Lei de Terras, que estabeleceu a necessidade da compra para acesso à terra. Os sesmeiros regularizaram suas terras ou pelo menos parte delas, pois em geral sequer tinham noção de sua extensão exata. Mas os camponeses e indígenas, para quem a terra possuía um valor social, atrelado a um modo de vida, não o fizeram porque essa obrigação não fazia parte de seu costume e porque dificilmente foram informados dessa necessidade ou teriam acesso às condições de legalização.

Essa política favoreceu o processo de **grilagem** das terras

Grilagem

A grilagem consiste na apropriação ilegal da propriedade a partir de falsas escrituras. Segundo os historiadores Motta e Pineiro: “já é mais do que conhecida a origem dos substantivos grilagem e grileiro. Os termos surgiram a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de comprovação de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação” (MOTTA; PINEIRO, 2001).

ocupadas pelos camponeses e povos originários, que muitas vezes não reuniam documentos que atestassem sua posse. Por consequência, tornaram-se muito mais vulneráveis, sendo recorrentemente expulsos de seus espaços de vida a mando de fazendeiros que se utilizavam da grilagem para aumentar suas propriedades. Não raro, essa expropriação se fez com uso da violência. Desde então a grilagem é um fenômeno presente na realidade fundiária brasileira, e se expressa de diversas maneiras. As práticas de “alongar” os limites da posse legal, abrangendo geralmente terras públicas, através da falsificação de títulos de propriedade, contam com a conivência e, muitas vezes, a colaboração ativa por parte de cartórios de registro de imóveis e do Poder Judiciário.

No mesmo ano da aprovação da Lei de Terras, foi promulgada também a chamada Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico internacional de escravos para o país, dando os primeiros passos no sentido da abolição formal da escravidão, que só veio em 1888 com a chamada Lei Áurea. Não por acaso, como uma prevenção ao processo, já inexorável por pressão internacional, da libertação dos escravos, a Lei de Terras também inviabilizou o acesso dos futuros negros libertos à terra, assim como dos imigrantes estrangeiros, vindos da Europa para substituir progressivamente o trabalho escravo, num contexto de forte expansão da cafeicultura, dado que nem uns, nem outros teriam recursos que lhes possibilitasse comprar terras.

Em linhas bastante gerais, a transição para um regime de mão de obra livre no campo, em contexto no qual a terra passa a ser mercadoria, levou ao desenvolvimento de inúmeras formas de exploração de trabalho livre porém não assalariado. Muitas famílias camponesas, ligadas à terra porém sem que pudessem ter acesso à propriedade, foram submetidas a variadas formas de submissão e dependência em relação aos grandes proprietários de terras, passando a viver da produção em terras alheias, como colonos, moradores, foreiros, meeiros, arrendatários, parceiros, entre outras denominações que variavam regionalmente.

A formação de latifúndios, voltados à monocultura e a ausência de políticas de distribuição de terras e de direitos trabalhistas foram fatores que geraram conflitos intensos nas áreas rurais no Brasil ao longo do tempo. As inúmeras guerras que opuseram povos indígenas aos colonizadores, os quilombos, as revoltas populares como a dos Malês, dos Cabanos e as guerras camponesas de Canudos e do Contestado são exemplos históricos destes conflitos.

A ausência de direitos trabalhistas, de acesso à terra e a precariedade das condições de vida, formam um conjunto diverso de formas de violência que geraram a resistência dos camponeses e camponesas em busca do básico da vida.

Na primeira metade do século XX, uma das expressões da resistência foi o surgimento, em diversas regiões do país, de algumas associações de trabalhadores rurais voltadas inicialmente para fins assistenciais (arrecadação de recursos para assistência educacional e de saúde, compra de insumos que melhorassem a produção, melhores condições de enterrar os mortos, etc.). Essas associações proliferaram em diversos pontos do país, em especial entre posseiros e foreiros. Foi de uma associação desse tipo que surgiu em Pernambuco o movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas.

Não tardou para que as reivindicações ganhassem contornos mais políticos, passando para questões ligadas ao direito à terra, denunciando a ilegalidade dos regimes de trabalho a que eram submetidos, e mobilizando-se em torno de melhores condições de vida, em geral. Neste contexto, a sindicalização rural e a aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio de algumas lideranças, também foram importantes vetores de politização das reivindicações dos camponesas pela extensão dos direitos sociais reconhecidos para os trabalhadores urbanos (salário mínimo, jornada de trabalho, direito de greve etc.) e de acesso à terra, mediante uma reforma agrária. Os grandes fazendeiros respondiam à intensificação das lutas camponesas com grande violência. Data deste período, por exemplo, o assassinato de João Pedro Teixeira, liderança da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba.¹⁰

É importante lembrar que a organização dos trabalhadores do campo enfrentava dificuldades próprias ao modo como historicamente se estruturaram as relações sociais no meio rural. No plano local, por exemplo, o coronelismo, que se caracteriza como a submissão dos mais fracos a quem oferecer algum tipo de proteção, e as situações diversas de sujeição direta dos camponeses aos grandes proprietários de terra, sempre trouxeram obstáculos às associações de trabalhadores. Conservadorismo que também estava representado no Congresso Nacional, oferecendo forte oposição às diversas

10 O filme “Cabra Marcado para Morrer” (Eduardo Coutinho, 1985) narra a vida de João Pedro Teixeira, assassinado 1962. As filmagens foram interrompidas com o golpe de 1964, retomando somente na década de 80, e traz depoimentos de diversos camponeses que faziam parte da Liga de Sapé, e também da viúva Elizabeth Teixeira. No filme “Sobreviventes da Galiléia” (Eduardo Coutinho, 2013) o mesmo diretor volta ao local de filmagens de “Cabra Marcado para Morrer”, 50 anos após a primeira tentativa de realizar a filmagens. Ambos os filmes estão disponíveis na internet, link no final deste material.

tentativas, feitas desde o governo Vargas até o de Jânio Quadros, de estender os direitos sociais ao campo.

Finalmente, em 1963, frente à força das mobilizações sociais, o apoio a elas pelo PTB e inclusive pressões internacionais, aprovou-se a Lei 4.214, o Estatuto do Trabalhador Rural, que reconheceu uma série de direitos aos trabalhadores do campo, equiparando as orientações da Consolidação das Leis Trabalhistas aos camponeses, e conferindo melhores condições de sindicalização rural. Neste mesmo ano destaca-se também a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a primeira entidade sindical de trabalhadores rurais de âmbito nacional reconhecida legalmente, representando tanto os assalariados do campo como também os pequenos proprietários, parceiros, meeiros e arrendatários.

No que diz respeito à questão fundiária, a Constituição Federal de 1946 estabelecia a possibilidade de desapropriação de terras por interesse social, com o requisito de que o Estado indenizasse o proprietário previamente, em dinheiro e no valor de mercado da propriedade. Deste modo, este primeiro instrumento de reforma agrária era praticamente inviável. Dentre as tentativas de reformar o dispositivo e conferir eficácia ao que estava no texto constitucional, viabilizando um instrumento jurídico para a reforma agrária, a mais expressiva ocorreu no governo João Goulart. Tratava-se de uma emenda constitucional, proposta pelo deputado Bocayuva Cunha do PTB, que estabelecia a indenização em títulos da dívida pública. A proposta foi derrotada no Congresso e os debates interrompidos pelo golpe de 1964, apoiado justamente pela parcela conservadora do Legislativo, que se opunha fortemente às reformas de base.

Em seguida ao golpe, as discussões quanto à referida emenda foram reacendidas e, já sob o regime autoritário, com uma correlação de forças mais favorável aos conservadores no plano político, em novembro de 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra. Seu texto final incorporou parte das reivindicações do movimento camponês, mas ao mesmo tempo assegurou condições para implementação do projeto de desenvolvimento que os setores conservadores possuíam para o campo (TAVARES; QUINTANS, 2017), conforme veremos em tópico mais adiante.

Neste diploma legal, havia uma delimitação do que se entendia por latifúndio e minifúndio. O objetivo central da lei era promover a transformação dos latifúndios em empresas, mediante uma série de estímulos. A lei autorizava ainda a desapropriação de terras mediante prévia indenização em títulos especiais da Dívida Pública. Esses títulos

deveriam ser corrigidos monetariamente, sendo resgatáveis pelos proprietários indenizados em no máximo 20 anos, podendo ser utilizados também para pagamento de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) e na compra de terras públicas. A desapropriação era permitida em casos de tensão social e a lei estabelecia claramente o conceito de que a propriedade deveria ter uma função social. Foram ainda criadas duas instituições destinadas a tratar da questão agrária: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Em 1970 essas duas instituições foram extintas e em seu lugar foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Desta forma, as lutas travadas pelos camponeses contavam, neste momento, com importantes marcos legais. Ainda que num cenário autoritário, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra permitiram que as organizações sindicais do campo atuassem a partir do recurso ao Direito (TAVARES; QUINTANS, 2017). Entretanto, todas essas medidas vieram num momento em que as lideranças camponesas estavam sendo perseguidas, várias assassinadas, sindicatos fechados. As formas tradicionais de violência se intensificaram. A mais visível é violência física, em forma de milícias, jagunços, pistoleiros, agentes do Estado que agiam a serviço dos latifundiários donos de plantações imensas e de extensas terras improdutivas. Ou seja, não havia como lutar pela aplicação da lei.

As práticas de violência física e moral executadas a mando de grileiros contra os camponeses para expulsá-los de suas terras, como a destruição de casas e de roças, as intimidações e ameaças, configuram também um quadro de violência estrutural/simbólica, já que se traduzem na coibição dos diferentes modos de vidas camponeses. Em suma, a mercantilização da terra em detrimento de seu valor social, levando à concentração fundiária, também configura uma forma de violência estrutural.

A resistência camponesa e seus mediadores

No período de intensificação dos conflitos no campo, conforme destacamos anteriormente, é importante considerar o papel dos chamados mediadores políticos. Estes são atores de diferentes origens, tanto do campo político em sentido estrito, quanto religioso e jurídico, cuja atuação contribui para acionar diferentes articulações a partir das quais as situações cotidianas de violência, a que os camponeses são

submetidos, adquirem contornos políticos enquanto experiências coletivas. (MEDEIROS, 2015)

Dentre os principais atores políticos do período que antecedeu o golpe, destacam-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas. A ação desses mediadores contribuiu e muito para a consolidação de uma nova identidade política: o camponês. O PCB se empenhou na organização dos trabalhadores do campo criando diversas associações regionais e uma entidade nacional chamada União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954. Essa organização engendrou estratégias políticas de luta para tornar públicas as demandas dos trabalhadores, realizando congressos com a participação de delegações de diversos estados brasileiros. Nesse período também se iniciou o processo de criação de organizações sindicais ligados à ULTAB, sob a influência do PCB.¹¹

As Ligas Camponesas foram uma das principais organizações dos trabalhadores rurais do pré-golpe, inicialmente criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em vários estados do país a partir de 1945, com vistas à luta pela terra e melhorias no acesso a mercados para venda de seus produtos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, as Ligas foram praticamente extintas. Em meados dos anos 1950, as Ligas Camponesas foram rearticuladas, ganhando expressão nacional nos anos 1960 com o lema “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” (SALES, 2005).

Setores progressistas da Igreja Católica, com destaque para a Ação Católica, também foram importantes mediadores neste contexto, entrando na disputa pela representação política desse campesinato demandante de direitos. Reconhecidos como um setor renovador dentro da Igreja Católica, e que mais tarde inspirariam a criação da Teologia da Libertação, estes setores baseavam-se em uma ação pastoral comprometida com as causas populares. Foram importantes para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). No campo, estimulavam a sindicalização dos trabalhadores rurais e acabavam legitimando as demandas em pauta. Sua orientação política, no entanto, divergia daquela defendida pelos comunistas, pois não defendia a transformação

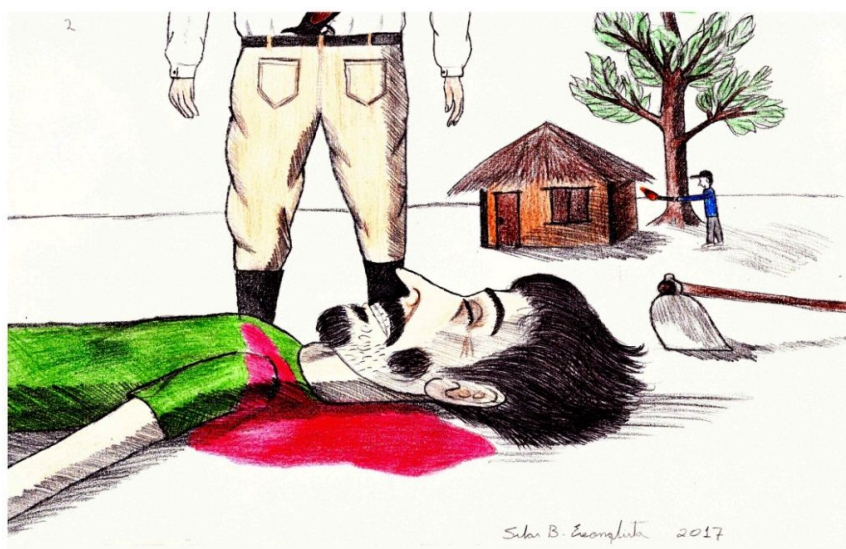
11 O documentário “Cadê Profiro” (Hélio Brito, 2004) fala da trajetória de José Porfírio de Souza, liderança camponesa do estado de Goiás que se notabilizou na luta contra a grilagem de terras na região. Porfírio elegeu-se deputado estadual na década de 60, teve seu mandato cassado em 1964 e depois foi considerado desaparecido. O documentário é interessante para compreender o papel do PCB enquanto mediador político da organização dos camponeses neste período.

estrutural da sociedade. Havia, portanto, uma disputa por representação política dos camponeses entre PCB, Ligas Camponesas e estes setores da Igreja.

Nesse momento, alguns grupos camponeses passaram a adotar como uma das formas de atuação política a ocupação de terras, o que aumentava a visibilidade da luta pela terra no campo político. São exemplos: as ocupações das fazendas São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, realizadas nos anos de 1961, 1963; e da região do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1963, ambas no Estado do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul surgiram os acampamentos de sem terra, realizados por meio do Movimentos dos Agricultores sem Terra (MASTER). Além disso, também foram feitas grandes greves de trabalhadores rurais contra a precariedade do trabalho rural em São Paulo, Pernambuco e Paraná.

As formas de repressão

Para impedir o crescimento do movimento camponês, a classe dominante usou de aparatos repressivos de Estado voltados de forma violenta contra camponeses, lavradores e sem terra com intuito de impedir permanência de posseiros na terra, planos de reforma agrária, obtenção de direitos e defender o capital financeiro. Além de ter como aliado o Estado, as elites também contavam com a ação de suas milícias privadas, que detinham armas e faziam uso indevido da força com intuito de expulsar posseiros e de coibir manifestações e organizações populares rurais.



Desenho: Silas Evangelista, agricultor de Serra Queimada, militante do MAB

Os latifundiários estavam organizados em associações como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em 1919, e a Confederação Rural Brasileira (CRB), fundada em 1954, que detinha assentos em instituições estatais voltadas para a intervenção no campo, como é o caso do Serviço Social Rural. Representantes de setores ligados à exportação, essas entidades defendiam que a questão agrária seria resolvida com a modernização da agricultura e a disponibilização de crédito rural para capitalização dos produtores. A CRB apontava problemas de baixa produtividade da terra, resultado de trabalho ineficiente, esgotamento dos solos e baixo nível de rendimento econômico o que provocaria o êxodo rural. Através do Partido Democrático Social (PDS), a CRB e a SRB atuavam dentro do aparelho governamental como sujeitos políticos, em defesa de seus interesses privados, muitas vezes constituindo maioria no Congresso, e tendo grande influência no Ministério da Agricultura, e também papel decisivo na articulação que gestou o golpe militar de 1964.

A elite agrária também se articulava com a elite urbana em organizações como o IPES e o IBAD. Na lista elaborada pelo historiador René Dreifuss (1981), que reúne os políticos e instituições que compunham o IPES, aparecem, por exemplo, os proprietários da Fazenda São José da Boa Morte, os irmãos Coimbra Bueno. A atuação dessas entidades se dava, majoritariamente, por meio de comerciais, filmes e divulgação de matérias em veículos como jornais e TV, que tendiam para a derrubada do governo. Essa intervenção midiática contra Jango e suas medidas, que beneficiavam o povo do campo, constituiu uma violência na medida em que impediu a população de ter seus devidos direitos atendidos, mesmo tendo amplo apoio popular, ao mesmo tempo que contou com artifícios ideológicos para convencimento da não necessidade da obtenção das demandas.

Como dissemos anteriormente, após o golpe militar, os principais líderes camponeses foram mortos, presos ou forçados a fugir para a clandestinidade. Os sindicatos passaram a ser liderados por grupos estranhos à luta, as redes de apoios estruturadas foram destruídas deixando as organizações com pouca condição de continuidade. O levantamento feito por Gilney Viana (2013) aponta que pelo menos 1196 camponeses foram mortos em decorrência da repressão estatal e privada no âmbito dos conflitos fundiários durante a ditadura. Essa lista – composta por 75 sindicalistas, 14 advogados, sete religiosos, 463 lideranças de lutas coletivas e 43 trabalhadores que tombaram em conflitos individuais – é o ponto de partida para a identificação de um

número bem maior de camponeses perseguidos políticos pela ditadura, ainda pouco estudado.

As reivindicações dos trabalhadores neste período estavam circunscritas aos dispositivos do Estatuto da Terra de 1964, que dispunha sobre a responsabilidade do Estado de garantir o direito à terra para quem nela vive e trabalha, e ao Estatuto do Trabalhador Rural no que se refere a direitos trabalhistas. Porém, mais do que ausente no que diz respeito ao direito à terra, o Estado se mostrou comprometido com um projeto econômico avesso às garantias colocadas em lei, conforme veremos mais adiante. A violência privada, praticada em regiões dominadas por milícias a serviço de grandes proprietários de terras, e também a repressão do próprio Estado, dificultavam a organização dos trabalhadores, abrindo caminho para a implementação do projeto de modernização da agricultura. Afora o grande êxodo rural deste período, camponeses se submeteram a condições péssimas de trabalho, estando muitas vezes presos à terra onde trabalhavam por meio de dívidas feitas, relação que é qualificada como escravidão por dívida.

A falta de fiscalização do cumprimento das leis por parte do Ministério do Trabalho favorecia a exploração e a continuidade das práticas escravistas. Havia no período militar uma nítida aliança do poder público com os interesses dos latifundiários e forças contrárias à reforma agrária.

Nas duas décadas de ditadura militar-empresarial, as entidades patronais voltaram a dominar com mais facilidade o campo, pois contavam com a impunidade e com as armas que possuíam. A grilagem, um dos nós fundamentais para se entender a questão agrária no Brasil, também se agravou no período militar, favorecendo a expansão de fronteiras agrícolas, adotando políticas de incorporação de patrimônio público e sua destinação a empresas agropecuárias, isto é, áreas públicas foram transferidas para o patrimônio privado, produzindo novos conflitos agrários e vendas que geraram prejuízos de posseiros que já habitavam e trabalhavam na área. A Comissão Pastoral da Terra destacou-se por denunciar sistematicamente as situações envolvendo crimes contra trabalhadores e trabalhadores do campo, a impunidade, omissão por grande parte do Judiciário e Executivo.

Mesmo com a redemocratização e o fim do regime militar, a União Democrática Ruralista (UDR), formada em 1985, em reação ao novo ascenso das demandas por reforma agrária, foi responsável por uma nova onda de intensificação de violência como

principal instrumento entre empresários rurais e latifundiários contra camponeses. Reunia grandes proprietários rurais com um grupo de pressão no Congresso Nacional com fins de impedir aprovações favoráveis à reforma agrária, com discurso de “defensores do direito à propriedade”. Membros da entidade aparecem envolvidos em perseguições, assassinatos, agressões contra a população rural.

Os episódios de violência física ocorriam, muitas vezes, em paralelo ao curso de Ações de Reintegração de Posse promovidas por fazendeiros contra os camponeses, visando grilar as terras de famílias que em geral não possuíam documentos que comprovassem sua posse, ou meios para defender-se no âmbito dos processos judiciais. A expedição de decisões liminares por parte do Poder Judiciário, muitas vezes sem que os camponeses sequer tivessem constituído defesa nos processos, autorizava toda sorte de violência contra estes. Sobretudo no curso destas ações possessórias, o papel da Polícia Militar era fundamental para efetivação dos despejos e remoções forçadas dos camponeses. A queima das casas e das plantações, executadas por policiais com auxílio de pistoleiros à mando dos latifundiários, por exemplo, tornavam o cumprimento das decisões liminares em decisões definitivas uma vez que dificilmente seus efeitos poderiam ser revertidos caso os direitos dos camponeses fossem admitidos judicialmente. Essas medidas exibem a forte aliança entre o aparelho policial, o latifúndio e a pistolagem, muitas vezes um fazendo o papel do outro.



Desenho: Silas Evangelista, agricultor de Serra Queimada, militante do MAB

Essas situações de impunidade e aliança do poder público com o privado, prezando a defesa do capital e negligenciando as reivindicações populares, ocorreram em várias regiões brasileiras. Esse cenário de violência contra a população do campo era denunciado já na época, especialmente por religiosos ligados aos setores progressistas da Igreja Católica. Em 1977, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a situação fundiária do país, a chamada CPI da Terra. Nela foram ouvidos várias autoridades da Igreja, dentre eles: Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, então presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Dom Alano-Pena, bispo de Marabá; Dom Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Félix do Araguaia; e Dom Moacyr Grechi, então presidente da Comissão Pastoral da Terra.

Nesta CPI ficaram consagrados os depoimentos que denunciavam como o almejado desenvolvimento das forças produtivas no campo estava intimamente relacionado com práticas de grilagem e repressão violenta contra camponeses e seus mediadores políticos. Em um depoimento bastante corajoso à época, o bispo Dom Alano-Pena afirmou perante os deputados que compunham a CPI:

Dizem muitos que esta é a hora do faroeste brasileiro, e que nós deveríamos nos alegrar de estarmos conseguindo enfim fazermos a caminhada para o oeste, repetindo a façanha dos nossos irmãos do Norte. Seria lícito, em sã consciência, reproduzir modelos de repressão, de violência e de justiça sob o pretexto do “desenvolvimento”? Temos um Estatuto da Terra e temos leis agrárias. Quando teremos uma política efetivamente a se comprometer com a execução destas leis? (...). É nula a participação dos lavradores nestas decisões superiores que afetam da noite para o dia o ritmo da sua existência, causando-lhes todo o tipo de desintegração humana e social. E aqueles que ainda teimam sustentar as esperanças do povo, como os Sindicatos, alguns Advogados, e mesmo as Igrejas, devem muitas vezes pagar bem caro pela sua ousadia. (PENA, 1977: 33).

No ano de 1987, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra publicou o livro *Assassinatos no Campo*, que lista por estado os nomes de trabalhadores e trabalhadoras rurais assassinados/as entre 1964 e 1986 em decorrência de conflitos fundiários, informando os responsáveis pelos assassinatos, quando se tinham notícia; a data dos crimes e as providências jurídicas tomadas, quando muito, em cada caso. Esta publicação, assim como os *Cadernos de Conflitos do Campo* publicados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra desde 1985, compreendem as múltiplas formas como a violência no campo se configura. Para tanto, registram, além dos assassinatos, episódios

de violência como destruição de roças e de casas, ameaças, desaparecimentos, violências contra mulheres e crianças, mortes por inanição, acidentes de trabalho, suicídios de trabalhadores ameaçados de serem expulsos de suas terras e conflitos entre posseiros e indígenas.

O relatório final da CPI da Violência no Campo, do ano de 1991, a partir dos dados da publicação *O Espinhoso Caminho para a Liberdade* (1990) da Comissão Pastoral da Terra, registrou que entre 1964 até 1991 um total de 1.646 assassinatos a trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos e outras pessoas ligadas à luta pela terra entre 1964 e 1989. Neste ocasião destacou-se o quadro de impunidade: dos 1.646 casos somente 22 foram à julgamento, em grande medida devido à pressões internacionais.

Conforme os relatórios finais das duas CPIs referidas, bem como a publicação do MST, já na época era clara a relação do Estado com o aumento da violência no campo. Em todos estes documentos vê-se que o poder privado do latifúndio contava com o apoio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, evidenciando a lógica de parcialidade do poder público.

O projeto econômico da ditadura empresarial-militar para o campo

Ao longo do Eixo 1 comentamos sobre o projeto econômico com o qual o regime militar estava comprometido, tendo em vista os interesses das elites agrárias e urbanas, nacionais e multinacionais, que apoiaram o golpe de 1964. Resta destacar quais suas dimensões no que diz respeito ao meio rural e em que medida se relacionam com a atualização da violência no campo.

Em linhas gerais o projeto econômico da ditadura para o campo visava a modernização tecnológica da agricultura, a partir da chamada Revolução Verde, e, para tanto, a expansão da fronteira agrícola para áreas dos biomas Cerrado e da Amazônia brasileira. A partir da Revolução Verde introduziu-se no Brasil mecanismos voltados ao aumento da produtividade por meio da difusão de aparatos tecnológicos: maquinários (tratores e outras máquinas agrícolas), adubos e insumos químicos (agrotóxicos) e sementes melhoradas (variedades modificadas biologicamente). Este pacote tecnológico pode se compreendido por meio da articulação do tripé: mecânico-químico-biológico.

A Revolução Verde é um projeto elaborado, sobretudo, pelos Estados Unidos no pós-guerra. Durante a Segunda Guerra a indústria armamentista fora altamente rentável

e, para manter os altos lucros obtidos em tempos de guerra também nos tempos de paz, as indústrias adaptaram-se tecnologicamente e, ao invés, de produzir explosivos, gases mortais e tanques de guerra, passaram a fabricar fertilizantes, agrotóxicos e maquinário pesado. A propaganda da época afirmava que tal “adaptação” visava principalmente aumentar os índices de produtividade agrícola, enfrentando o problema da fome mundial.

No entanto, largamente promovido ao longo da ditadura empresarial-militar enquanto sinônimo de desenvolvimento, a modernização da agricultura voltou-se principalmente para a produção de grãos para exportação, aumentando a dependência do Brasil em relação aos países industrializados. O regime direcionou uma série de subsídios para a modernização agrícola, que, na maioria dos casos, eram destinados aos grandes produtores, em detrimento das condições de produção da pequena propriedade familiar.

O uso de fertilizantes químicos e de agrotóxicos levou à contaminação do solo e dos rios, à perda da biodiversidade e esgotamento do solo. Além disso, enquanto efeitos sociais deste modelo de agricultura, destacamos a dependência e endividamento dos agricultores com as empresas que detêm as tecnologias de produção, a contaminação dos trabalhadores pelo uso de agrotóxicos, a drástica redução da mão de obra no campo e a intensificação dos processos de grilagem de terras públicas ocupadas por populações camponesas.

A expansão da fronteira agrícola era realizada sob pretexto da “integração nacional”. Diante dos interesses internacionais sobre a região amazônica, então alardeado como o risco de internacionalização, o regime empresarial-militar orientou projetos de desenvolvimento especificamente para essa área, sob o lema “Integrar, para não entregar”. A realização de grandes obras de infraestrutura no país, abrindo caminho para a expansão da fronteira agrícola e para a propalada integração nacional, levou ao aumento da especulação fundiária, reforçando práticas de grilagem e de compras fraudulentas de terras. Datam deste período, por exemplo, a abertura de grandes rodovias como a Belém-Brasília, inaugurada em 1974, e a Transamazônica, de 1972. Os conflitos fundiários acompanhavam os novos eixos rodoviários, onde a violência do Estado e privada se acentuavam, devastando milhares de hectares de matas, expulsando

famílias camponesas e acometendo populações indígenas.¹² Durante a construção da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, por exemplo, os Waimiri-Atroari foram vítimas de uma violência de natureza genocida já que, com os milhares de assassinatos, o grupo quase foi exterminado¹³.

O projeto econômico do regime militar para o campo gerou reflexos profundos na estrutura fundiária e na dinâmica demográfica, levando a um forte êxodo rural. Neste contexto surgem novos tipos de trabalhadores rurais, submetidos a regimes de trabalho temporário, os chamados volantes, ou “bóias-frias”, que moram nas periferias urbanas e trabalham no campo em época de colheita. Vale destacar que por muito tempo estes trabalhadores não tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos, uma vez que a legislação da época somente definia enquanto empregados aqueles que prestavam serviços de natureza não-eventual. Também neste período se notabilizaram diversas denúncias de muitos casos de escravidão por dívida.

A modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola, diretamente atrelados ao expediente de repressão da ditadura empresarial-militar, gerou reflexos profundos na estrutura fundiária brasileira. O relatório final da CPI dos Conflitos de Terra, instalada em 1989 e que contou com a participação de entidades como CONTAG, CPT, CIMI e CNBB, chamou atenção para o expressivo aumento da concentração de terras no período. Conforme os dados apresentados pelo então Ministro da Agricultura Íris Rezende nesta CPI:

“(…) em 1960, as pequenas propriedades com até 100 hectares representavam 90% do total de imóveis rurais e ocupavam 21% da área total. Enquanto as grandes propriedades com área superior a 10.000 hectares – representando, então, somente 0,05% do número de imóveis rurais – ocupavam 16% da sua área total. Vinte e cinco anos depois, em 1985, as grandes propriedades, com área superior a 10.000 hectares, haviam aumentado sua participação tanto no número total de imóveis (de 0,05% para 0,1%) como na área por eles ocupada (de 16% para 24%). (...) Existe ainda uma correlação inversa entre a dimensão do imóvel e o grau de utilização da força de trabalho: quanto maior o imóvel,

12 O documentário “Nas terras do bem virá” (Alexandre Rampazzo, 2007) aborda as violações de direitos humanos e devastações ambientais que marcam os estado do Pará, destacando o papel das investidas desenvolvimentistas realizadas pelo regime militar, produzindo reflexos até os dias atuais. O link para acesso está disponível no final deste material, junto com a indicação de outros filmes que sugerimos para uso em sala de aula.

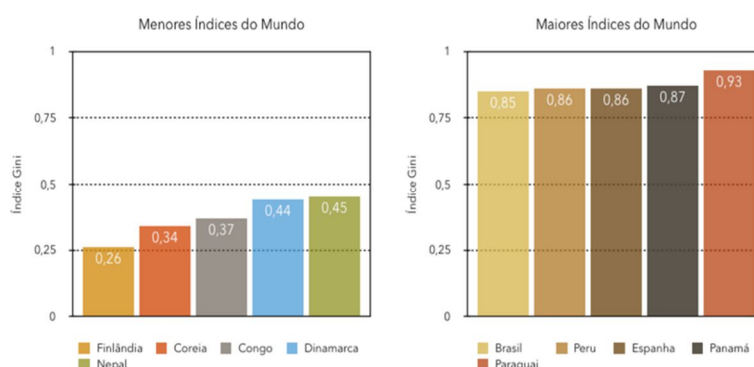
13 Ver relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf

menor a mão de obra empregada, proporcionalmente, para cultivá-lo. Nos imóveis com área inferior a 100 hectares, há uma pessoa ocupada em cada 8 hectares; nos imóveis com área superior a 10.000 hectares, há uma pessoa ocupada em cada 898 hectares. Por essa razão, os imóveis com menos de 100 hectares, que representam apenas 14,4% da área total, são responsáveis pelo emprego de 67,1% do total de pessoas ocupadas na agricultura; e os imóveis com mais de 10.000 hectares, correspondentes à 24% da área total, são responsáveis, apenas, por 1% do total das pessoas ocupadas na agricultura.”(1990:1)

Por conta deste quadro atribui-se a esse processo o conceito de modernização conservadora, já que conservou a mesma estrutura de concentração fundiária e não promoveu a inclusão dos despossuídos (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Assim, o histórico de repressão contra os que lutam pela terra é central para entendermos o alto grau de concentração fundiária do Brasil e que, conforme os gráficos a seguir, não sofreu grandes alterações após o fim da ditadura.

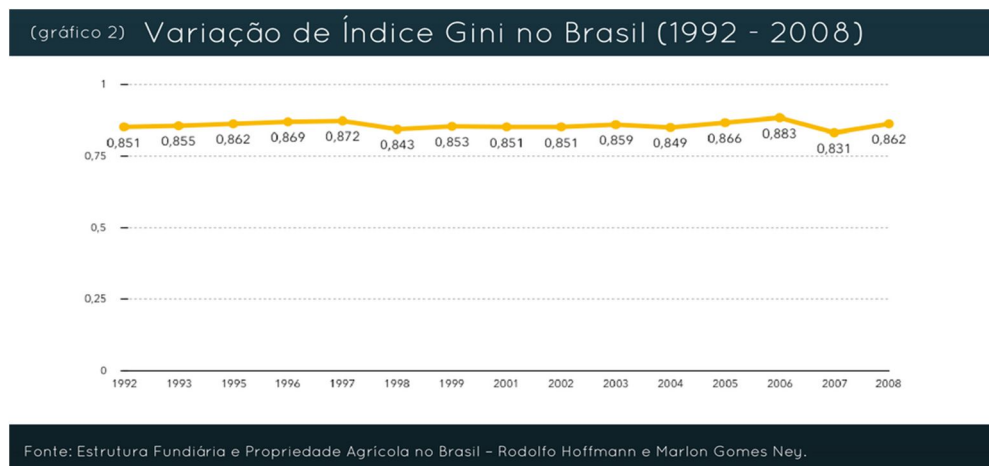
(gráfico 1) Concentração Fundiária (1980 - 1990)



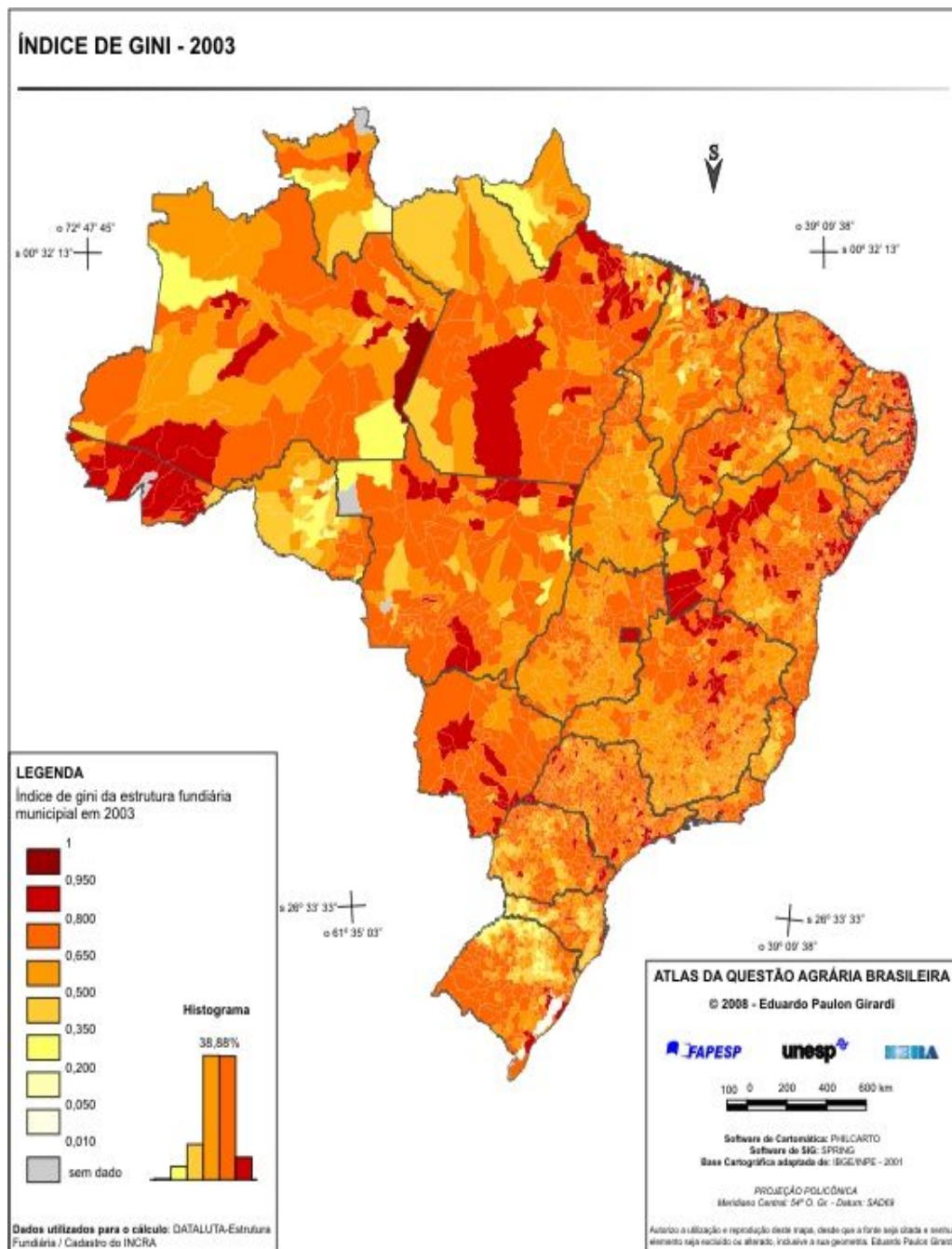
Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)

O índice de Gini indica o nível de concentração fundiária. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a terra. O gráfico acima indica que, dos países analisados pela FAO, o Paraguai é o que possui o maior índice, ao passo que a Finlândia é aquele cujas terras melhor estão distribuídas. O Brasil está entre os de maior concentração. No gráfico abaixo percebemos que, apesar da tímida política de criação de assentamentos da reforma agrária, o índice de Gini brasileiro se manteve praticamente intacto, com pequenas variações em 1998 e em 2007. Entre 1985 e 2010 foram criados 8.581

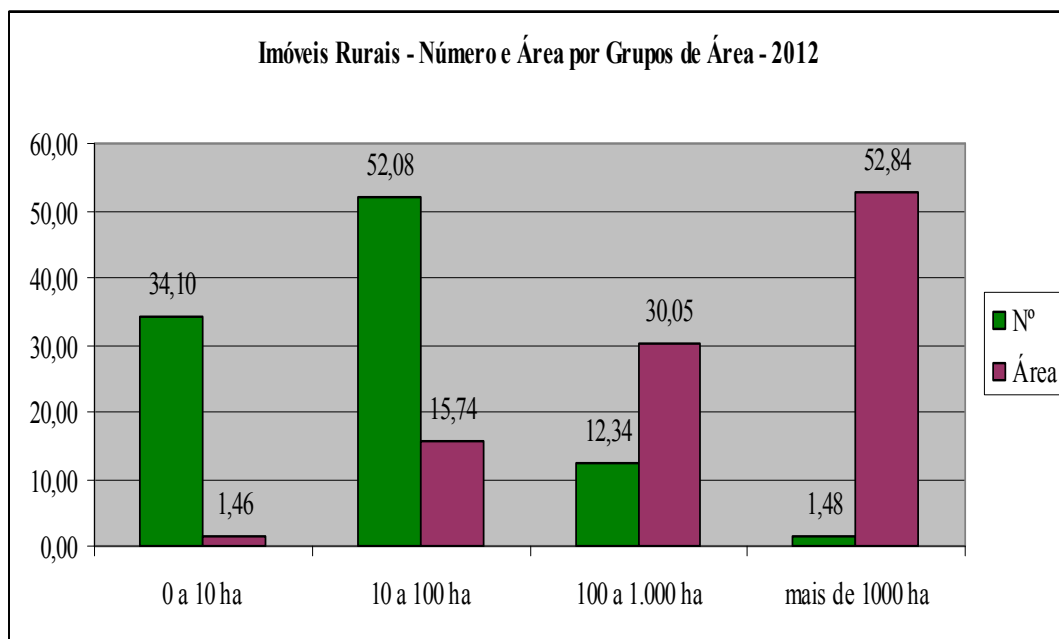
assentamentos, tendo sido beneficiadas cerca de um milhão e duzentas mil famílias, um número pequeno levando-se em conta a demanda e o tempo de um quarto de século.



No Brasil, existem regiões com índices maiores e outras com menores. O mapa abaixo indica quais são os índices médios para cada região.



Já o gráfico seguinte demonstra a proporcionalidade entre o número de estabelecimentos rurais e a área de terra. O que se percebe é que, no mesmo sentido do que foi apurado logo no final da ditadura, no campo brasileiro atualmente há um número muito alto de pequenos estabelecimentos ocupando uma extensão muito pequena de terras, ao mesmo tempo em que há um número muito pequeno de estabelecimentos concentrando uma imensidão de hectares de terra.



Fonte: Incra, 2012.

Como consequências desse processo, temos uma situação de acentuado êxodo rural, passando a população do campo de 70% nos anos 1960 para apenas 15% na contemporaneidade, uma intensa favelização, e uma situação de absoluta precariedade de acesso a serviços públicos de qualidade.

Eixo 3 – Conflitos no campo no Rio de Janeiro (1946-1988)

O Estado do Rio de Janeiro se destaca pelo seu alto grau de urbanização e metropolização, marcas que também se refletem na questão agrária fluminense. A especulação fundiária – vinculada à transformação do uso da terra de espaços destinados à agropecuária para espaços destinados à construção de residências, indústrias ou empreendimentos comerciais, logísticos ou turísticos – é uma das principais impulsionadoras dos conflitos pela terra no estado.

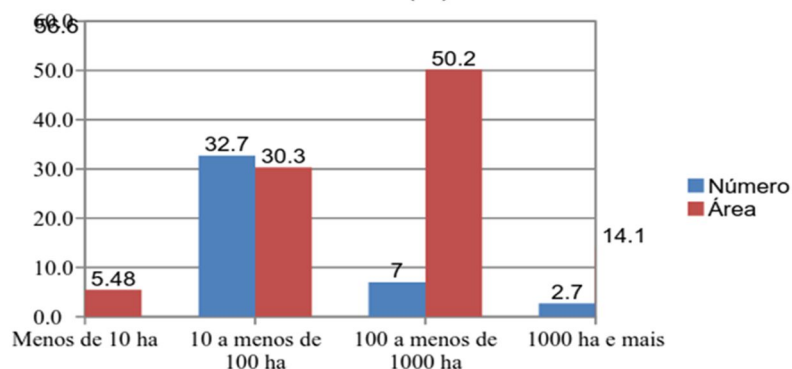
Como resultado do intenso processo de expulsão dos trabalhadores do campo, aliado a uma forte migração de outros estados para o Rio, 97% da população fluminense reside hoje em áreas urbanas e 75% na região Metropolitana¹⁴. Mas isto não significa dizer que a área rural do estado seja um vazio demográfico, pois são mais de 500 mil pessoas que nela vivem, além dos que vivem nas áreas urbanas das pequenas cidades, mas trabalham no campo.¹⁵

Percebe-se, no Estado do Rio de Janeiro, para além da especificidade destacada acima, traços comuns à questão agrária nacional, como o alto grau de concentração fundiária, como mostra o gráfico a seguir.

14 A Região Metropolitana é composta, hoje, pelos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Foi apenas em 2013 que os municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito entraram na Região Metropolitana, por conta do Complexo Petroquímico (Comperj) e a possibilidade de realizar ações integradas para toda a região.

15 O filme “Caminhos do Rio” (Cecília Figueiredo, 2010) retrata o campo fluminense, demonstrando a diversidade que marca o espaço rural do estado, apesar da concentração populacional na região metropolitana. O link para acesso está disponível ao final deste material.

Número de Estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área - Rio de Janeiro - 2006 (%)



Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Por ele é possível observar que a maioria dos estabelecimentos agropecuários (56,6%) tem até 10 hectares, mas somam apenas 5,5% da área, ao passo que os estabelecimentos com mais de 100 hectares são menos de 10%, mas somam quase dois terços da área (64,3%). Na comparação com o cenário nacional duas questões chamam atenção: o maior grau de minifundização, já que o percentual dos pequenos estabelecimentos é maior no estado; e a menor área ocupada pelos muito grandes, o que se deve à reduzida extensão territorial do estado, um dos menores da federação e pouca vitalidade de agropecuária voltada para exportação.

Alguns processos que marcaram a dinâmica fundiária no campo fluminense, sobretudo entre os anos de 1946 a 1988, merecem destaque para compreender o atual quadro de elevada metropolização, grande densidade populacional em áreas urbanas e concentração fundiária do estado.

Terra e conflito no Estado do Rio de Janeiro

Ao longo do século XX, as áreas rurais do Rio de Janeiro apresentaram diversas mudanças na sua paisagem: houve uma progressiva decadência das áreas cafeeicultoras no início do século, que ao longo do tempo passaram a se dedicar à pecuária extensiva; o crescimento do cultivo de laranjas em Nova Iguaçu e Vale do Macacu. A região de Campos manteve-se como polo produtor de cana. Em outras regiões, a modernização dos sistemas de cultivo e a valorização fundiária, resultado das obras públicas de saneamento empreendidas na década de 1930, das obras viárias e da expansão da urbanização, incrementou o processo de expropriação de trabalhadores rurais de suas áreas de trabalho, moradia e lavouras de subsistência.

O rápido crescimento populacional e industrial era atravessado pelo encarecimento dos custos de vida e pelo desabastecimento de alimentos nas cidades. Os esforços do Estado para intensificar a produção de alimentos a partir do assentamento de agricultores em núcleos de colonização pretendiam resolver parte deste problema, formando um “cinturão verde” de produção agrícola em torno da capital. Ao longo das décadas de 1930 e 1950, foram criados sete Núcleos Coloniais no Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 1. Núcleos coloniais do Estado do Rio de Janeiro

Núcleo Colonial	Município	Ano de Criação
Santa Cruz	Itaguaí e Rio de Janeiro	Década de 1930
São Bento	Nova Iguaçu e Duque de Caxias	Década de 1930
Duque de Caxias	Duque de Caxias e Magé	Década de 1930
Tingüá	Nova Iguaçu e Duque de Caxias	Década de 1930
Macaé	Macaé	1951
Papucaia	Cachoeiras de Macacu	1951
Santa Alice	Itaguaí	1955

Fonte: Alentejano, 2003.

Dentre os sete Núcleos criados, cinco estavam em municípios da Baixada Fluminense (Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé). Contudo, o desinteresse produtivo dos grandes proprietários de terra com a região da Baixada Fluminense se manteve, ao mesmo tempo em que um número crescente de lavradores passou a ocupar as terras e a manter uma produção agrícola de baixa produtividade e de base familiar. Somente a partir da realização de obras públicas de infraestrutura, e a consequente valorização fundiária das terras, é que o mercado de terras se tornou mais interessante do que a produção agrícola, iniciando um longo processo de expulsão de lavradores. Junto das obras públicas na Baixada foram criadas inúmeras companhias imobiliárias voltadas para a promoção da ocupação urbana das terras. Para os geógrafos Pedro Geiger e Ruth Santos (1954), essas companhias adquiriram grandes propriedades abandonadas e passaram a lotear as terras, atividade esta que se expandiu largamente entre as décadas de 1940-1960.



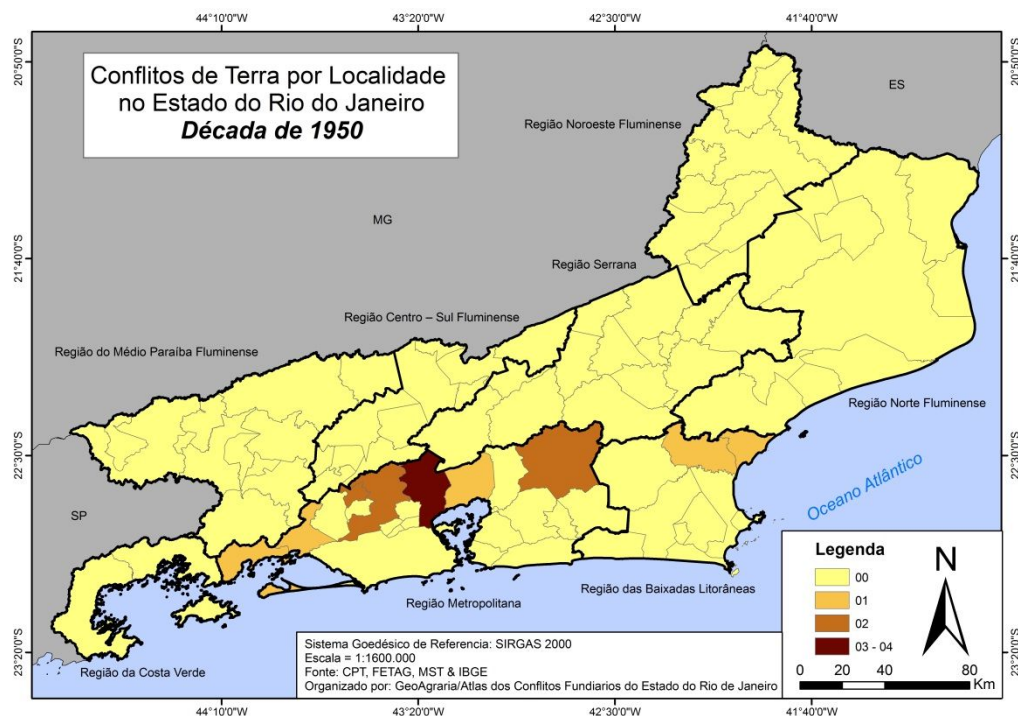
Desenho: Raíene Evangelista, agricultora de Serra Queimada, militante do MAB

Ainda na década de 1940, a região começou a apresentar o aumento das tentativas de expulsão de lavradores que ali haviam se estabelecido. A partir da Segunda Guerra Mundial, o declínio da citricultura, atividade ainda bastante expressiva na Baixada, também levou ao crescimento da urbanização, fazendo com a região passasse a se constituir como território cada vez mais urbanizado. Para Mario Grynszpan, pesquisador que analisou os conflitos por terra no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960, estava formado um quadro propício à luta pela terra, visto que “assistia-se na Baixada, juntamente com a transformação do espaço rural em urbano, à valorização da terra nua em detrimento da produtiva, à imposição de uma visão da terra enquanto ativo financeiro e não enquanto meio de produção” (GRYNSZPAN, 1987; 2009). Este quadro indicava ao lavrador expulso a dificuldade de ser reabsorvido em outra área rural.

Como observado pelas pesquisas contidas no relatório *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, realizada por ocasião dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, uma parte significativa dos conflitos identificados nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram nos Núcleos Coloniais e seus entornos¹⁶,

16 O filme “Sementes da Trincheira” (Marcelo Hernandez, 2006) fala sobre a luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro na década de 50. Link para acesso disponível no final deste material.

desenvolvendo-se a partir do aumento populacional e da especulação fundiária, forçando a expulsão de colonos e posseiros em todo o Estado. O mapa abaixo demonstra a concentração dos conflitos pela terra no Rio de Janeiro na década de 1950 na região Metropolitana, na qual está contida a Baixada Fluminense e, respectivamente, a maior parte dos Núcleos Coloniais. .



Nos depoimentos de trabalhadores rurais são recorrentes os relatos de despejos realizados por grileiros (indivíduos que se apropriam ilegalmente de terras através da falsificação de títulos de propriedade) e jagunços que atuavam a mando destes ou de grandes proprietários¹⁷. Esses despejos ficaram marcados na memória por envolverem queima de casas, destruição de plantações, tiros de armas de fogo, torturas físicas e psicológicas, eventos em que a participação do Estado frequentemente se deu pela omissão frente à violência ou pela participação direta do Poder Judiciário e da Polícia Militar nos despejos.

17 O vídeo “Memória Camponesa” (2004) é a filmagem de um evento de mesmo nome, no qual alguns camponeses e sindicalistas deram seus depoimentos sobre a luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro no período destacado por este material (depoimentos de Antônio Ernesto, Bráulio Rodrigues da Silva, Rosa Geralda Silveira, Manoel Antônio da Costa, Áureo Pereira, Laerte Bastos, Eraldo Lirio de Azevedo e Jaci Pereira da Silva). Também os filmes “Josefa: uma mulher na luta camponesa” (Roberto Maxwell e Luiz Lima, 2002) e “Zé Pureza” (Marcelo Hernandez, 2006) são dedicados à memória destas lideranças nas lutas pela terra no campo fluminense e trazem diversos depoimentos sobre o período. Os links para acesso estão disponíveis no final deste material.

A pesquisa citada contabilizou mais de 210 ocorrências de conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro entre 1946-1988. Levando em consideração que este número se refere aos conflitos em que foi possível obter alguma informação, é provável que a sua quantidade seja superior ao encontrado. Uma das particularidades da violência no campo, assim como a violência contra populações marginalizadas em geral, é que muitas vezes não há registros por escrito dos casos¹⁸, havendo a necessidade de se reconstruir os episódios de violência através de depoimentos das próprias vítimas e seus familiares. O que torna o levantamento de dados bastante delicado. Nesse processo, muitos casos são invisibilizados, apagados das narrativas históricas, tornando ainda mais evidente o caráter de violência estrutural que caracterizamos ao longo deste trabalho.

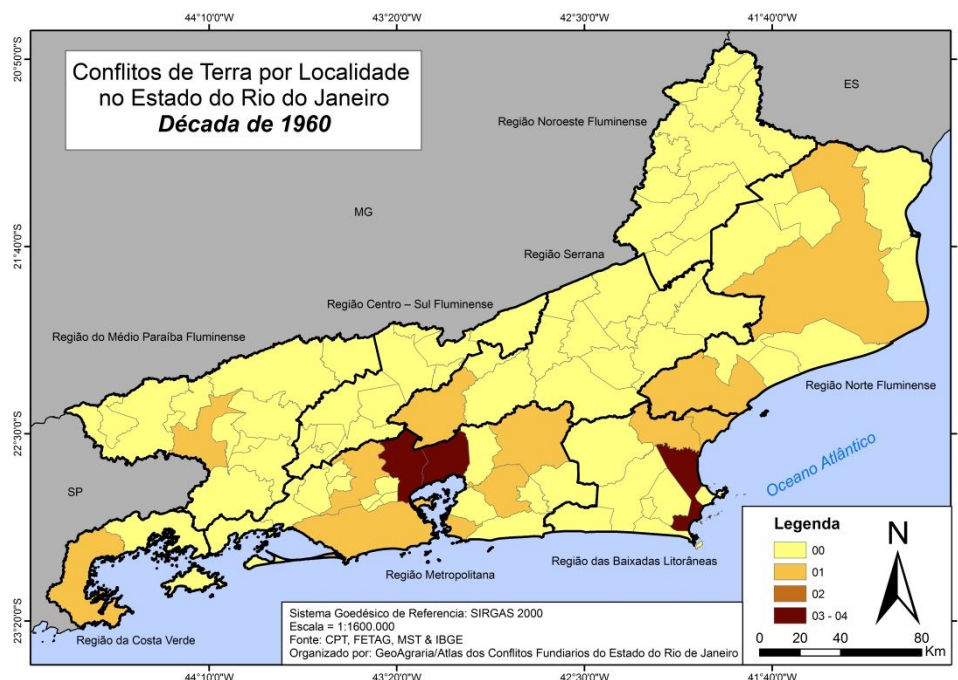
Este quadro de violência sistemática gerou indignação, revolta e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra. Para Medeiros (2014), pesquisadora que estuda a formação de atores sociais no campo, a ação de mediadores políticos tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizações ligadas à Igreja Católica, governadores, prefeitos, deputados, advogados e lideranças sindicais contribuíram para transformar as experiências individuais de violência e despejo em experiências coletivas. Dessa forma, foi construído um sentimento de que era necessária a resistência às transformações em curso, formando uma linguagem comum de luta em torno da Reforma Agrária.

A radicalização da questão agrária vivida nos anos 1960 resultou de uma nova configuração social no campo, marcada mais profundamente pela violência e recorrência dos despejos. Neste contexto, as lideranças passaram a expor a violência e a radicalidade das lutas, de modo a caracterizar os locais de despejo como áreas de conflito social, forçando a desapropriação da terra. Lavradores sem terra e oriundos de diversas áreas do Estado e do país passaram a ocupar as terras em ações capitaneadas pelas organizações camponesas. Na medida em que estas ações eram bem sucedidas e resultavam na permanência dos lavradores na terra, mais trabalhadores rurais eram atraídos para a região.

18 À ausência de registros (que pode ser desde o registro policial, o registro hospitalar, a notícia publicada pela imprensa, até mesmo a denúncia por escrito a outro órgão público, igreja ou organizações de base), somam-se as dificuldades de se constituírem outras provas, como a ausência de testemunhas, ou o medo de retaliação daqueles que sobrevivem, o que é ainda mais grave em períodos autoritários.

Entre 1958 e 1963 foi decretada a desapropriação de 20 áreas no Estado do Rio de Janeiro, a maior parte na Baixada, indicando a intensidade dos conflitos e a capacidade do movimento camponês fluminense de forçar, em cada um dos locais, a desapropriação pelo Estado. Receberam decretos de desapropriação por conflito social as fazendas: Limeira, Santo Antônio do Mato, São Pedro e Tenente Pacheco (Nova Iguaçu); Paraty-Mirim e Independência (Paraty); Largo, Ponto do Largo e Atalho (São João da Barra); Engenho do Mato (Niterói); Rio das Ostras (Casimiro de Abreu); São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu); São Lourenço, Capivari, Penha-Caixa e Piranema (Duque de Caxias); Santa Alice (Itaguaí); Vargem Grande (Itaboraí e parte de Cachoeiras de Macacu); Rio do Ouro e Cachoeiras (Magé). Priorizavam-se áreas devolutas e públicas, o que era a prática do quadro de lideranças, assessores e advogados das Associações e depois Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que realizavam pesquisa em cartórios a fim de saber quais áreas a serem ocupadas teriam maior probabilidade de serem desapropriadas (MEDEIROS, 2015; GRZYNSZPAN, 1987, 2009).

O mapa a seguir aponta para essa concentração dos conflitos pela terra na região Metropolitana, na década de 1960, a exemplo do que já ocorrera na década anterior.



Em um momento de crescimento da organização política e radicalização das lutas pelo acesso das classes populares às decisões políticas, o corte proporcionado pelo golpe empresarial-militar significou imediata repressão: lideranças tiveram de

abandonar seus locais de moradia e trabalho; casas de trabalhadores que viviam em áreas de conflito, desapropriadas ou não, foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; famílias foram ameaçadas; sindicatos sofreram intervenções e invasões policiais. Casos de prisão e tortura são relatados desde os primeiros dias do golpe, evidenciando seu objetivo de desestabilizar as organizações das classes populares. As violências não foram limitadas pela participação exclusiva do Estado, mas também foram praticadas por proprietários de terras e grileiros que se apropriavam da luta contra a subversão como desculpa legitimada pelo Estado a fim de expulsar os lavradores de suas terras.

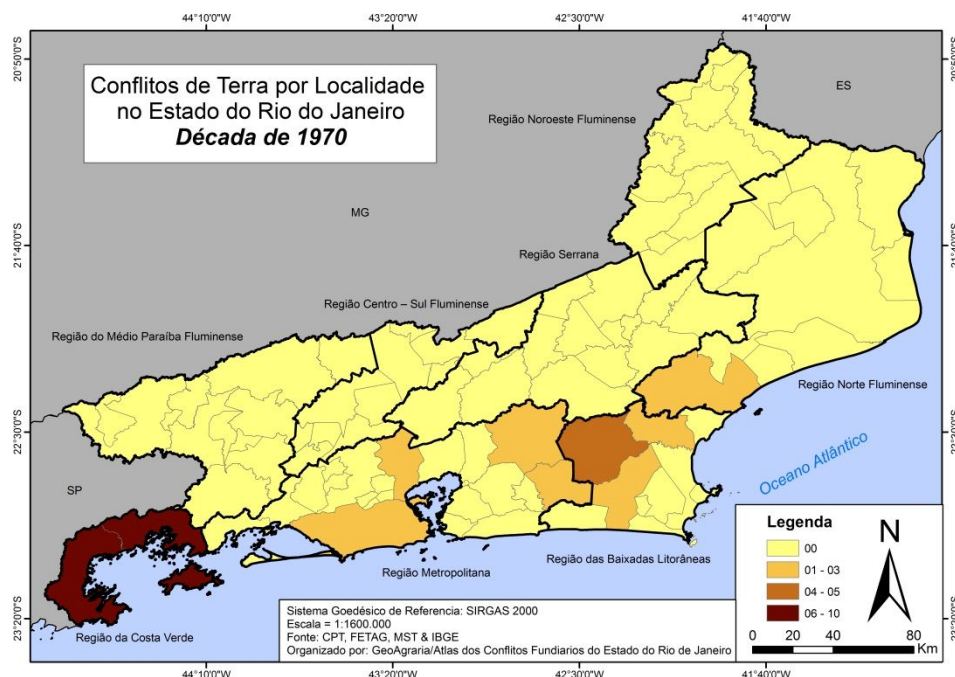
O imediato pós-golpe também significou a produção de IPMs com o intuito de desmanchar a organização política de diferentes segmentos sociais, evidenciando o imaginário social que alimentava a repressão política. Nos IPMs é comum a caracterização dos camponeses como massa de miseráveis que tem seus sofrimentos explorados por indivíduos de origem externa. O regime ditatorial, deste modo, reconhecia a situação de necessidade material e desamparo dos camponeses, mas tornava o camponês incapaz de gerir autonomamente suas indignações e de propor coletivamente seu projeto social. Os IPMs alimentavam, desse modo, a percepção de que era preciso realizar uma distribuição de terras, em que um dos intuitos seria retirar os camponeses da influência das esquerdas organizadas. Para Medeiros (2015, p. 76), é possível que houvesse uma “certa clareza de que medidas repressivas seriam insuficientes”, de modo que o regime militar também delimitaria atuações dentro das áreas desapropriadas, como foi, em grande medida, a atuação da Guarda Rural do IBRA¹⁹ em Cachoeiras de Macacu, mesclando assistência, presença cotidiana e repressão (TELÓ e BRAGA, 2015), e a manutenção dos sindicatos rurais com interventores.

Dentro de um contexto autoritário e repressivo, a resistência persistia de forma esparsa e local, com pouco espaço para organização, protestos e manifestações públicas.

19 O IBRA foi criado a partir do Estatuto da Terra, em 1964. Órgão diretamente subordinado à Presidência da República com o objetivo principal de elaborar e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. Durante o governo Castelo Branco, ao regulamentar o funcionamento do órgão, foram criadas as chamadas “Comissões Especiais de Verificação e Regularização”. Conforme o decreto que as criou, essas comissões visavam apurar a obediência às leis agrárias pelos agricultores dos Núcleos de Colonização, já que a lei previa a expulsão daqueles que não cultivassem o lote conforme os dispositivos legais. Composta por ex-soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, estas comissões possuíam poderes para aplicar sanções, e ficaram conhecidas como a Guarda Rural do IBRA. (TELÓ, 2017)

A principal organização mediadora dos conflitos, nesse período, foi o sindicalismo rural, cujas lideranças agiam para tornar públicos os casos de conflitos fundiários e desrespeito às leis trabalhistas. O sindicalismo de trabalhadores rurais desse período enfatizou a dimensão desapropriadora do Estatuto da Terra e soube traduzir as ameaças sofridas pelos trabalhadores para a linguagem da lei, demandando-a para a resolução dos conflitos e constituindo uma cultura política de resistência e uso da legislação como estratégia de ação política em um contexto repressivo (MEDEIROS, 2015).

Nesse período pós-golpe, a maior parte dos conflitos pela terra se concentrou nas regiões da Costa Verde (ou Baía da Ilha Grande) e das Baixadas Litorâneas, como demonstra o mapa seguinte. Essas regiões eram, até então, de difícil acesso para os habitantes da capital, porém com a construção da BR-101 Sul (Rio-Santos), da Ponte Rio-Niterói e o asfaltamento da BR-101 Norte (Rio-Campos) este acesso foi facilitado. Em decorrência disto, foi desencadeado um intenso processo de especulação de terras nestas áreas, para a construção de hotéis, condomínios e outros empreendimentos turísticos e no caso da Rio-Santos, também alguns grandes empreendimentos industriais e logísticos, como a Central Nuclear de Angra dos Reis, estaleiros e terminais portuários.



O final dos anos 1970 foi marcado pela retomada da luta pela terra, num contexto em que o regime militar, estava desgastado pelo cenário de crise internacional

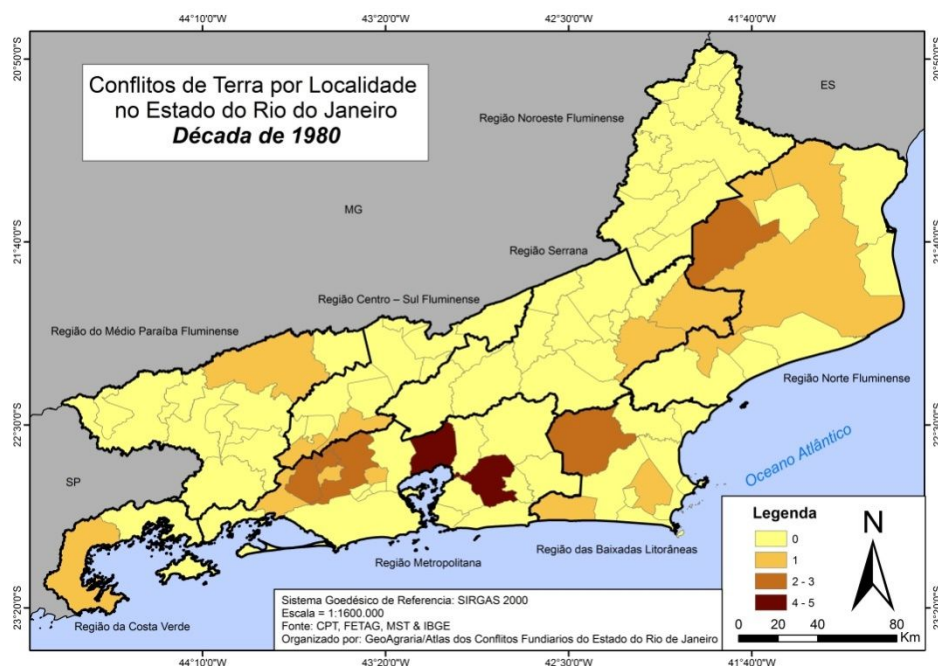
e pressionado internamente por diversos movimentos sociais que tinham como pauta a abertura democrática e a participação social na política. No que se refere às áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, o momento foi de retorno das ocupações e manifestações em espaços públicos: em 1980 a Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, foi ocupada por inúmeras famílias; em 1983 áreas em Duque de Caxias e Nova Iguaçu também foram ocupadas. Em todo o Estado, a organização de trabalhadores rurais voltava a utilizar a ocupação como método de resistência e luta, a fim de alcançar a desapropriação de antigas e novas áreas de confronto. Combinavam-se atos públicos com a entrega, aos órgãos públicos, de relatórios e documentos produzidos pelas entidades sindicais, visando exercer pressão política para atendimento das demandas dos camponeses, conjugando a luta prática com os limites estabelecidos pela lei.

Muitas ocupações foram realizadas em terras que já haviam sido palco de disputas nos anos 1950 e 1960, como foi o caso de São José da Boa Morte. Contudo, há algumas diferenças importantes da luta pela terra nas décadas de 70 e 80 em relação à do período anterior ao golpe: (1) a presença de novos atores na luta pela terra, a exemplo da CPT, que apoiou várias ocupações²⁰; (2) uma maior participação de trabalhadores urbanos desempregados e subempregados vitimados pela crise econômica e que engrossaram as fileiras dos que lutaram por terra no estado²¹.

Neste período, os conflitos voltaram a se concentrar na região Metropolitana, como demonstra o mapa a seguir.

20 É importante ressaltar que a entrada do MST no estado foi tardia em relação a outras unidades da federação. As primeiras ocupações por ele coordenadas datam do início dos anos 1990.

21 A presença de trabalhadores urbanos nas áreas de conflito já era notada nos anos 1950/1960. Mas ela se intensifica, em especial em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no início dos anos 1980. Trata-se em grande medida de trabalhadores de origem rural e que migraram para as cidades em busca de alternativas. Uma parcela deles, havendo oportunidades, engajaram-se em ocupações.



Os conflitos pela terra em Cachoeiras de Macacu

O historiador Vinicius Cardoso (2013) analisou o quadro fundiário do Vale do Macacu durante a segunda metade do século XIX. Em seu trabalho, o autor identificou o predomínio numérico de pequenas e médias propriedades voltadas, sobretudo, para a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da região e da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Esse predomínio numérico não significa que Cachoeiras de Macacu tivesse baixa concentração fundiária, ao contrário, muitos lavradores, sem acesso à terra, precisavam arrendar terras ou trabalhar em propriedades de outros.

Esta estrutura fundiária gerou inúmeros conflitos no município, de modo que Cachoeiras de Macacu foi um dos principais focos da repressão contra os trabalhadores rurais e seus apoiadores no período da ditadura empresarial-militar. São expressivos nesse sentido os dados da lista de presos acusados de subversão no município de Cachoeiras de Macacu em 1964, imediatamente após o golpe (ver Anexo 1): dos 56 nomes, 11 eram lavradores e 11 eram do setor ferroviário. Ainda neste total de 56 nomes, 10 ficaram presos no Estádio Caio Martins e ao menos 30 tiveram sua prisão favorecida em função de terem exercido algum tipo de liderança ou apoio à ocupação da fazenda São José da Boa Morte em 1963.

De acordo com os dados levantados pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro, 1946-1988* (MEDEIROS, 2015), o município de Cachoeiras de Macacu concentrou 141 (76,6%) das 184 prisões de

trabalhadores rurais registradas em todo o estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar em todo o Estado do Rio de Janeiro. O município também apresenta os maiores números de casos de assassinatos de trabalhadores rurais (22 de um total de 51 registros, ou seja, 43,1%); desaparecidos (três de um total de três, ou seja, 100%); e tortura (cinco em 18 casos, ou seja, 27,8%), conforme se vê Quadro 2. Esses dados – que ainda podem ser maiores devido à subnotificação e à dificuldade de registro – refletem a persistência dos conflitos por terra no município, indicando a ampla participação do movimento camponês organizado na luta pela democratização do acesso à terra. Os números também apresentam a dimensão da violência e das violações dos direitos humanos contra trabalhadoras e trabalhadores rurais envolvidos ou não com o movimento camponês e com a luta pela Reforma Agrária.

Quadro 2. Violência no Estado do Rio de Janeiro e no município de Cachoeiras de Macacu (1946 - 1988)

Formas de violação dos Direitos Humanos	Estado do Rio de Janeiro	Cachoeiras de Macacu
Conflito por terra	219	16
Assassinatos	51	22
Desaparecimento	3	3
Ocultação de cadáver	2	1
Tortura	18	5
Prisão	184	141
Agressão física	43	3

Fonte: MEDEIROS (2015).

O conflito da fazenda São José da Boa Morte (também denominada de Fazenda Agrobrasil), devido à longevidade, ao alto número de presos e à repercussão, representa um caso expressivo de atuação do movimento camponês organizado no município e da reação violenta por parte de grileiros, proprietários de terras. Estado e Polícia atuaram, evidenciando a coalizão entre o setor empresarial, na figura dos irmãos Coimbra Bueno, donos da Fazenda Agrobrasil, e o Estado durante a ditadura empresarial-militar.

Nesta fazenda, ocorreram três diferentes ocupações (1961, 1963 e 1979), cada uma expressando uma configuração social com formas de atuação distintas. Em 1961 a ocupação formou um Tribunal Revolucionário que levou quatro grileiros e um oficial da Comarca de Cachoeiras de Macacu à condenação ao fuzilamento nas ruínas da Igreja de

São José da Boa Morte. Apesar da condenação do Tribunal Revolucionário, eles foram libertados sob a condição de nunca mais retornarem àquelas terras.

A fazenda foi desapropriada pela primeira vez, juntamente com outras propriedades, em janeiro de 1964 após nova ocupação dos lavradores organizados. A área da São José da Boa Morte foi alvo de intervenção militar após o golpe e, em 1966, integrou, junto com o Núcleo Colonial de Papucaia, do Conjunto Rural do Guapiaçu e da fazenda Vargem Grande, o Projeto Integrado de Colonização Papucaia, que visava tornar a região um polo produtor de alimentos.

Contudo, em 1967, a área da São José começou a ser devolvida aos antigos proprietários. Em 1974 as terras dos irmãos Coimbra Bueno estavam novamente em suas mãos. Porém, a devolução das terras não diminuiu os conflitos e nem a resistência dos trabalhadores rurais. Em 1979, os lavradores, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e depois apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu, ocuparam, agora pela terceira vez, a fazenda São José da Boa Morte e pressionaram por uma nova desapropriação, conquistada em 1981, dando origem ao assentamento rural de São José da Boa Morte.

Somando-se todos os registros de presos em função desse conflito chega-se ao número de 108 pessoas, entre detidos e condenados (ver o

Assentamentos Rurais

O assentamento é uma política pública voltada a fixar trabalhadores sem-terra ou que estão em situação precária na terra. Embora já usado desde a década de 1960, no contexto de reformas agrárias latinoamericanas, o termo assentamento passou a se generalizar no Brasil somente em meados dos anos 1980, no âmbito da Nova República, quando se intensificaram as desapropriações feitas pelo governo federal em áreas de conflito.

No Estatuto da Terra (lei 4504, de 30/11/1964), que regulamentou as condições de desapropriação de terras e criação de assentamentos rurais, falava-se em “parceleiro” para designar os que receberiam um lote.

Desde os anos 1990, desenvolveram-se múltiplas modalidades de assentamentos, em função da diversidade de situações que demandavam intervenção fundiária governamental, como por exemplo: reassentamentos de populações atingidas pela construção de barragens; assentamentos agroextrativistas, em áreas dotadas de riquezas extrativas; assentamentos florestais, para áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo; projetos de desenvolvimento sustentável, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo e na agricultura familiar, com atividades de baixo impacto ambiental.

Os assentados têm origem diversificada: trabalhadores que foram proprietários de um pedaço de terra, mas o perderam; assalariados rurais que habitam as periferias de pequenas cidades do interior e vivem de contratos temporários de trabalho; pequenos parceiros e arrendatários de porções da propriedade de terceiros; posseiros ameaçados de expulsão; extrativistas que buscam manter seu modo de vida; pessoas que estavam afastadas das atividades agrícolas e que se dispuseram à retornar ao campo devido à falta de perspectivas de emprego nas cidades e pelo medo da violência comum às periferias urbanas.

Anexo 1 com a lista dos presos). Registra-se ainda, por ação policial, o violento despejo de pelo menos 30 famílias, o incêndio de casas e plantações e a apreensão e destruição de instrumentos de trabalho.

A história da São José nos lembra que nem só de derrotas é feita a história do camponato fluminense. Em Cachoeiras de Macacu a luta dos camponeses foi vitoriosa em 1981, quando se conseguiu a desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte, ultrapassando o bloqueio político à realização de assentamentos no final da ditadura militar.

Foi também na década de 1980 que os lavradores do município conseguiram frear pela primeira vez o projeto de barragem do rio Guapiaçu, anunciado em 1985 pela Companhia de Estadual de Águas e Esgotos, sob o pretexto de garantir o abastecimento hídrico da região metropolitana. Conforme veremos no capítulo seguinte, este projeto foi retomado pelo governo estadual na década de 2000, visando atender ao abastecimento do Complexo Petroquímico instalado em Itaboraí, voltando a ameaçar de expulsão os camponeses. Hoje a São José é um assentamento com bons índices de produção de alimentos, apesar das sucessivas perdas com enchentes, e essas vitórias dão força aos que continuam a impedir a barragem deste rio e desejam permanecer nas terras em que lutaram e viveram.

Além do conflito da fazenda de Boa Morte, a partir da pesquisa documental e da realização de entrevistas, foi possível compor pequenos resumos explicativos de outros 11 (dos 16) conflitos por terra em Cachoeiras de Macacu (MEDEIROS, 2015, p. 778-784) e das violações de direitos decorrentes, em atenção ao que foi registrado pelos órgãos sindicais na época.

Gleba Nova Ribeira (1969-1983): Adquirida em 1952 pelo Ministério da Agricultura para compor o Núcleo Colonial Papucaia, instalaram-se na Gleba Nova Ribeira muitas famílias vindas do Nordeste, atraídas pela promessa de ganhar um lote de terra para viver. As ocupações realizadas na Fazenda São José da Boa Morte, área próxima à Gleba Nova Ribeira, resultaram em inúmeros despejos dos lavradores de Nova Ribeira. Nos anos subsequentes ao golpe, Nova Ribeira foi palco de diversas situações de violência praticadas pela Guarda Rural do Ibra, incumbida de expulsar os que foram considerados invasores e subversivos. Em 1969 ocorreu o assassinato de Sebastião Gomes dos Santos em uma investida do Exército, quando procurava por Joair Nunes da

Silva, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por participar da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Em 1976 os lavradores foram surpreendidos com a informação de que seria criado o Projeto Agropecuário Marubaí, por meio do qual os lavradores criariam gado e produziram leite de maneira coletiva. Contudo, ver suas terras agrícolas transformadas em pasto não agradou diversos moradores, que se manifestaram contrários à ideia.

Violações de direitos registradas: Incêndio de casas e benfeitorias, despejos sumários, prisões arbitrárias, apreensão de espingardas para caça, um assassinato.

Fazenda Nova ou Coco Duro (1964): De acordo com documentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag/RJ, “a área foi desapropriada em 1964 e invadida por um pretense proprietário depois do golpe militar fazendo uso de sua patente de ‘coronel’ pedido da desapropriação”. Atualmente parte da área da localidade está ameaçada pelo projeto de construção da barragem no Rio Guapiaçu.

Violações de direitos registradas: Não foram identificadas violações.

Projeto Integrado de Colonização Marubaí (1966-1977): Conhecido também como o Condomínio Agropecuário de Marubaí, este Projeto tinha cerca de 680 hectares. Durante a segunda metade da década de 1960, foram escolhidas 40 famílias para ingressarem no condomínio. O restante que ali aguardava pelo assentamento, em sua maioria, foi expulso: cerca de 300 famílias. A maior reivindicação dos condôminos era a independência em relação à administração do Incra, que alegavam ser arbitrária e que dava pouca autonomia para a plantação de lavoura e para o reconhecimento do trabalho dos condôminos. Alcançaram esta reivindicação em 1977.

Violações de direitos registradas: Despejo das famílias que não foram escolhidas para o projeto, mas estavam à espera da desapropriação.

Fazenda Vecchi (iniciado em 1966): Desapropriada em abril de 1966 para compor o Conjunto Rural Guapiaçu, para o qual foram destinadas às famílias que haviam ocupado o Imbé, em Campos dos Goytacazes e algumas de Duque de Caxias, a Fazenda Vecchi passou a pertencer ao que ficou conhecido como “parte nova” do Núcleo Colonial

Papucaia, criado por Getúlio Vargas em 1951. O proprietário, Arturo Vecchi, recorreu no processo e até hoje a área está em litígio. O próprio Serviço Nacional de Informações reconheceu o impacto negativo que a falta de titulação dos lotes dos assentados gerava para o desenvolvimento da localidade. Em 1989, os moradores da localidade entraram novamente em uma situação de risco de desalojamento em função de um projeto de construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, que não saiu do papel. Em 2012, em função da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), novamente este projeto voltou à baila e os moradores estão resistindo para novamente impedir o represamento do rio e permanecerem na terra. O fato de os agricultores ainda não terem o título definitivo dos lotes os torna ainda mais vulneráveis diante desta situação.

Violações de direitos registradas: Indefinição jurídica referente ao litígio com o antigo proprietário, o que deixa os trabalhadores em uma situação vulnerável, especialmente frente à situação de iminência de uma barragem que inundará suas terras.

Fazenda Quizanga (iniciado em 1966): Anteriormente pertencente ao Curtume Carioca SA., a Fazenda Quizanga foi desapropriada em abril de 1966 pelo Ibra com vistas à criação do Conjunto Rural Guapiaçu. Para isso, a partir da publicação do decreto de desapropriação, o Ibra começou a expulsar os posseiros que nela residiam a fim de assentar outro conjunto de agricultores, boa parte vindos do Imbé, em Campos dos Goytacazes. Aqueles que não saíssem tinham seus casebres incendiados pela Guarda Rural do Ibra. Atualmente os moradores da localidade sofrem com a possibilidade de serem desalojados por conta do projeto de construção de uma barragem no Rio Guapiaçu.

Violações de direitos registradas: incêndio de casas e benfeitorias, despejos sumários.

Fazenda Lagoinhas (1967-1969): A primeira notícia que se tem deste conflito data de 1967, com um pedido de reintegração de posse concedido em favor do coronel Edmundo Janot, forçando as famílias de agricultores a deixarem as terras. Em 1969, com a intensificação das violências, os lavradores organizaram uma tocaia e se vingaram do militar tirando-lhe a vida. Logo a polícia adentrou a área para prender os acusados. De acordo com um relato, as mulheres e crianças foram amarradas e também

levadas para a delegacia a fim de forçar a confissão do crime pelos lavradores, que o fizeram no intuito de liberá-las. Deste modo, 19 lavradores foram condenados à prisão (de sete a nove anos). Eles, porém, foram defendidos por dois advogados do STR de Cachoeiras de Macacu e acabaram sendo condenados por crime de vingança (passional), de modo que não foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Violações de direitos registradas: quatro despejos e apropriações de lavouras; prisões arbitrárias.

Fazenda Rabelo - Passagem – Areia Branca (iniciado em 1974): O conflito iniciou-se em 1974, quando a área foi comprada por Expedito Linhares, que começou a pressionar os 27 posseiros, com suas famílias, a deixarem as terras que ocupavam havia pelo menos 20 anos. Após diversas tentativas de despejo pela via judicial, finalmente em 1976 foi expedido o mandado de reintegração de posse. Nesse momento, restavam apenas 10 famílias. As demais aceitaram a indenização oferecida por Linhares e foram deixando a área entre 1974 e 1976. O despejo das 10 famílias ocorreu em 14/07/1976. Na sequência, a Fetag/RJ denunciou ao Ministro da Agricultura a arbitrariedade do despejo e ingressou com um mandado de segurança visando a anulação da reintegração de posse, conseguindo que os posseiros retornassem às terras em 22/10/1976. No início dos anos 1980, contudo, foram registradas novas situações de pressão para que os posseiros deixassem as terras, desta vez protagonizadas por Mokichi Takaoka e por Antônio Cabral. Em 05/03/1983, 12 lavradores foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional acusados pelo crime de invasão de terras. A CPT denunciou amplamente este fato. Dois seminaristas ligados à Pastoral também foram presos por estarem distribuindo panfletos que denunciavam a arbitrariedade da prisão dos lavradores. Aos poucos, porém, a grande maioria dos posseiros foi deixando a área: um levantamento feito em junho de 1990, pela Fetag/RJ em conjunto com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF), apontava que restavam apenas duas famílias de posseiros na Fazenda Rabelo.

Violações de direitos registradas: despejo de pelo menos dez famílias, colocação de gado nas lavouras, prisão de 12 lavradores e de dois seminaristas, intimidação de lideranças por meio de ações judiciais.

Boa Vista, Batatal e Santa Fé (iniciado em 1977): Ocupada por posseiros, em 1977 a área foi apropriada por um grileiro que expulsou as cerca de 50 famílias que ocupavam as três localidades.

Violações de direitos registradas: Despejo.

Duas Barras (1978): O posseiro Getúlio da Silva Alves, através do advogado do STR de Cachoeiras de Macacu, Nilson Marques, recorreu de uma ação de despejo e ganhou a causa. Isso enfureceu o proprietário, José Wanderley Coelho Gomes. Dessa forma, no dia 15/08/1978, este advogado do STR de Cachoeiras de Macacu foi violentamente agredido a socos e pontapés, nas dependências do Bar Nagib, pelo proprietário das terras como uma vingança pela derrota judicial. Logo após o ataque, o agressor evadiu-se do local. Em nota, a Fetag/RJ lembrou que esta não era a primeira agressão a assessores jurídicos do STR de Cachoeiras de Macacu. Em 1974, fato semelhante havia ocorrido com o advogado Rodolfo Pimenta Veloso Neto em circunstâncias semelhantes. Denunciou ainda que José Wanderley Coelho Gomes já havia feito ameaças ao advogado e também ao presidente do STR, João de Jesus Pereira. Em 17/08/1978, um grupo de advogados militantes no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais enviou à OAB/RJ um abaixo-assinado solicitando providências.

Violações de direitos registradas: espancamento.

Boca do Mato (iniciado em 1978): Ocupada por posseiros, em 1978 a área foi apropriada por um grileiro que tentou expulsar as famílias, que resistiram e permaneceram na área. De acordo com a Fetag/RJ, em junho de 1981, havia muita intranquilidade e insegurança entre os posseiros, pois se sabia que a ameaça de expulsão da área, ou por via judicial ou em virtude das pressões diretas do dito proprietário era uma realidade. Em 1988, novas pressões tiveram que ser enfrentadas pelos posseiros, sendo que 15 deles acabaram sendo expulsos.

Violações de direitos registradas: Despejo.

Fazenda Soarinho (1982): De acordo com dirigentes da Fetag/RJ, em 1964 a área havia sido desapropriada, porém não havia sido realizado o assentamento de famílias porque se dizia que era uma área de reserva florestal. Nesta confusão, os trabalhadores entraram e ficaram na área. Em janeiro de 1982, apareceram três pessoas do Rio de Janeiro e fizeram semeadura de maconha. Uma dessas pessoas ofereceu um valor em dinheiro para os posseiros desocuparem a terra, mas eles se recusaram por entenderem que a terra era do Incra. Três dias depois disso, a pessoa voltou acompanhada de outras três. Disse que a casa de um dos posseiros estava cercada por policiais. Entraram, deram seis tiros e 18 facadas e largaram o corpo do posseiro Augusto Rodrigues de Souza na localidade de Marubaí. Três dias depois do assassinato, o grupo voltou e disse para a viúva que iriam construir uma casa ali e que o que queriam fazer já tinham feito. Em seguida ao assassinato, o grupo fez uma ameaça dizendo que se alguém entrasse com uma ação na justiça, iriam matar os próprios dirigentes da Fetag. Em entrevista concedida à pesquisa “Conflito e Repressão no campo no Rio de Janeiro”, o ex advogado da Fetag, Altamir Petersen, afirmou que se tratava de grileiros que queriam a terra para plantar maconha e intimidar os posseiros da Fazenda São José da Boa Morte, bem próxima dali.

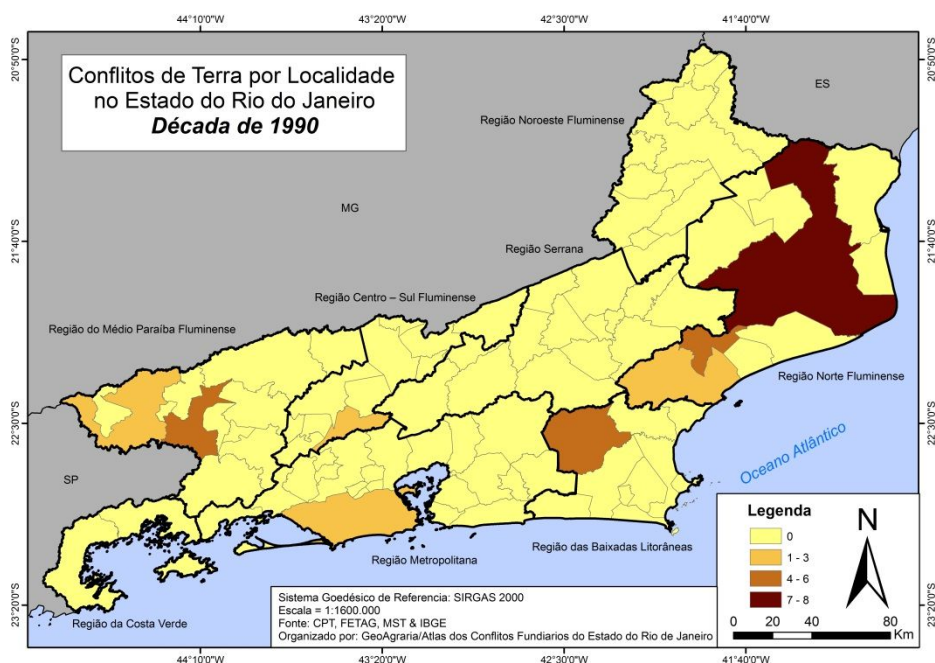
Violações de direitos registradas: um assassinato.

Eixo 4 – Continuidades da violência no campo no estado do Rio de Janeiro após a redemocratização

Nas décadas de 1990 a 2010, os conflitos pela terra no Rio de Janeiro sofreram importantes inflexões, tanto espaciais quanto em relação aos atores envolvidos. Do ponto de vista espacial, o Norte Fluminense passou a ser o principal palco dos conflitos, em especial nas décadas de 1990 (Mapa 1) e 2000 (Mapa 2). Do ponto de vista dos atores envolvidos, destaca-se a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o envolvimento dos usineiros e de grandes empresas nos conflitos.

Tradicional reduto da oligarquia canavieira, a região Norte Fluminense sofreu um abalo nas estruturas tradicionais de dominação com a presença de movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passaram a atuar na região depois que a crise do setor sucroalcooleiro nos anos 1990 levou à falência dezenas de usinas de açúcar e álcool. No rastro da crise, com a ociosidade das terras e um grande número de trabalhadores rurais desempregados, várias ocupações de terra foram organizadas, forçando o INCRA a intervir desapropriando as terras ociosas e improdutivas, inaugurando um novo momento histórico na região, rompendo com o domínio absoluto da monocultura da cana (ALENTEJANO, 2011).

Mapa 1: Localidade por conflito de terra no estado do Rio de Janeiro (1990)

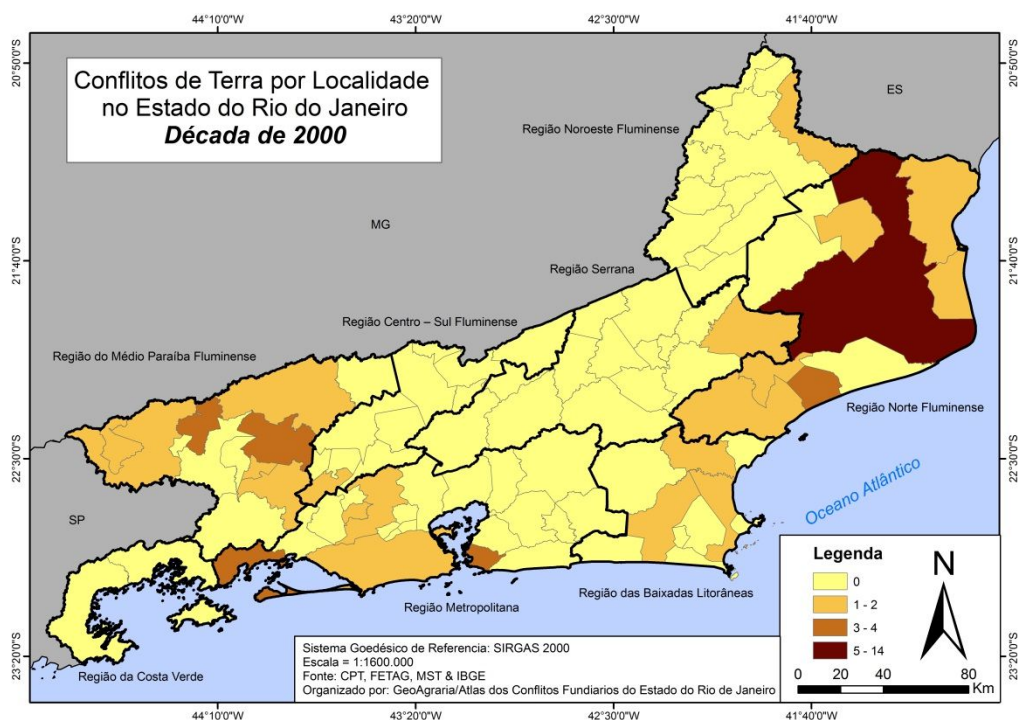


As primeiras ocupações das terras das usinas foram realizadas nos municípios de Macaé e Conceição de Macabu e somente em 1997 a atuação do MST atingiu o coração da região, quando foram ocupadas as terras da Usina São João, situada a 7 km do centro de Campos dos Goytacazes. Das 28 ocupações feitas no Norte Fluminense em terras de usinas, dentre as quais 21 foram realizadas pelo MST, 13 áreas foram desapropriadas e, até o ano de 2018 outras duas continuam ocupadas. Em oito casos, as Usinas conseguiram a reintegração de posse em seu favor, bloqueando os processos de desapropriação.

Em relação ao número de usinas, oito tiveram suas terras ocupadas. A usina que conseguiu maior sucesso no confronto com os movimentos sociais foi a Cambayhba, que conseguiu reverter seis processos de desapropriação: das sete fazendas sob seu domínio que foram ocupadas, apenas uma foi desapropriada, (ALENTEJANO, 2011). Depois das denúncias de que os fornos da usina foram usados para incinerar corpos de militantes de esquerda na ditadura, o MST reocupou as terras da usina exigindo a desapropriação de todo o complexo, processo que segue em andamento na justiça.

Vale registrar que 18 das 28 ocupações no Norte Fluminense ocorreram no município de Campos dos Goytacazes. O segundo município com maior número de ocupações foi Conceição de Macabu, com apenas três ocupações (ALENTEJANO, 2011).

Mapa 2: Localidade por conflito de terra no Estado do Rio de Janeiro (2000)



No final dos anos 2000, houve nova inflexão, agora com os conflitos sendo em sua maioria decorrentes da instalação de grandes obras e empreendimentos industriais e logísticos que desencadearam a expulsão de camponeses de suas terras ou a ameaça de expulsão.

A partir da segunda metade da década de 2000, o governo do Estado do Rio de Janeiro, nas mãos de Sérgio Cabral, deu início a um processo de reestruturação da matriz tecnológica, produtiva e econômica. O Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro para o período de 2007 a 2010 apontava oito grandes objetivos, dos quais três preanunciavam uma intensa agenda de conflitos no campo: expansão e melhoria da infraestrutura e logística de transportes; crescimento econômico diversificado e geograficamente equilibrado; e recuperação dos grandes passivos ambientais do Estado.

As propostas apresentadas para a implementação dos três pontos citados estavam calcadas em um processo de reordenamento territorial complexo e violento que apontava para a necessidade de uma reconfiguração econômica espacial, que tinha por objetivo interiorizar o desenvolvimento a partir de uma desconcentração industrial capaz de constituir novos polos de dinamismo econômico, além de ampliar a expansão territorial do agronegócio no estado. Os principais aspectos do Plano Estratégico estão identificados no Mapa 3, evidenciando a complexidade da almejada reorganização tecnológica, produtiva e econômica defendida pelo governo do estado.

Por meio de um discurso de fortalecimento das chamadas “vocações regionais” o governo estadual apresentou os pilares da regionalização dos investimentos no estado, cujo objetivo era atrair os investimentos do capital nacional e internacional para as áreas consideradas obsoletas, dinamizando-as. O resultado foi um processo de reordenamento territorial apoiado em Grandes Projetos de Desenvolvimento (ver Quadro 1) que promoveram a expulsão de populações camponesas que historicamente têm sido responsáveis por criar as condições básicas para a reprodução da vida local e de grande parte da população fluminense (Mapa 4, mais à frente).

Mapa 3 – Grandes Projetos de Desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro



Quadro 1: Espacialização dos Grandes Projetos de Desenvolvimento e suas áreas de influência

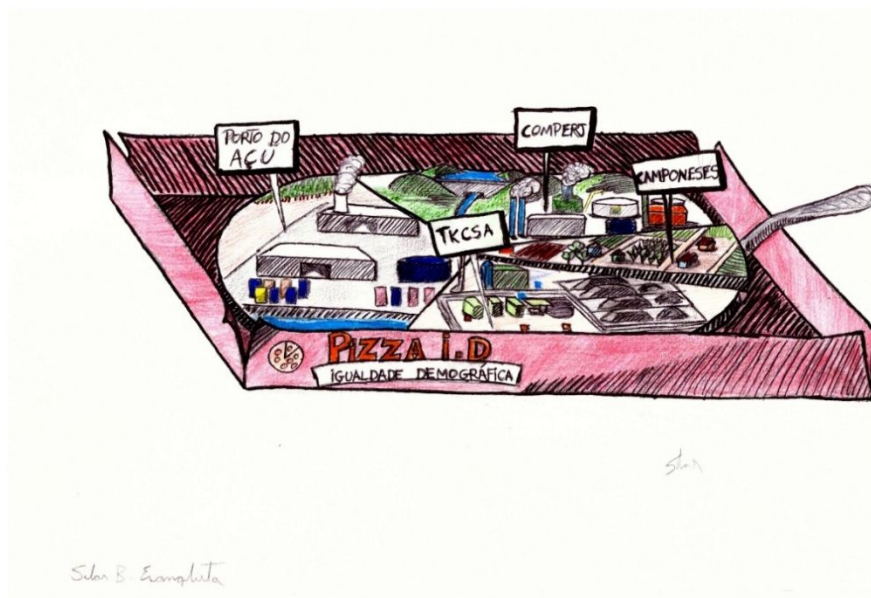
PROJETO	LOCALIZAÇÃO
Complexo Industrial-Portuário do Açú (Porto do Açú)	São João da Barra
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaboraí.
Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj)	Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo, Tanguá, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, Saquarema, Silva Jardim, Teresópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti
Barragem do Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu, afetando as comunidades localizadas no Vale do Guapiaçu: Serra Queimada, Vecchi, Ilha Vecchi, Quizanga, Areal, Sebastiana, Matumbo, Boa Sorte, Coco Duro, Maria Moura e Estreito.
Complexo Logístico e Industrial Farol - Barra do Furado	Campos e Quissamã
Porto de Sepetiba	Itaguaí
Hidrelétricas Simplício/Anta	Três Rios, Sapucaia e Além Paraíba

Explodem, a partir desse cenário, novos conflitos no espaço agrário fluminense que apesar de trazerem novos atores, blindados com o discurso da modernidade, apresentam as velhas práticas em relação ao padrão de correlação de forças com as comunidades locais (MEDEIROS, 2015). Casos como o Complexo Industrial e Portuário do Açú (AGB, 2011) (**Anexo 2**), o Comperj (**Anexo 3**), a proposta de construção da Barragem do Rio Guapiaçu, o Porto de Sepetiba e a instalação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, em Santa Cruz²², se tornaram emblemáticos devido aos conflitos pela terra, pela água, pela pesca tradicional, pela vida. E, na medida em que se acirram os conflitos, intensificam-se as resistências populares frente ao avanço das fronteiras dos grandes projetos de desenvolvimento.

O Poder Judiciário e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro têm assumido papéis centrais durante os processos de despejo e prisões, o que torna o Rio de Janeiro, dentre todas as outras unidades da federação, o estado com maior registro de prisões no campo no ano de 2013 (Mapa 5) e o segundo com o maior número de famílias envolvidas em conflitos pela terra

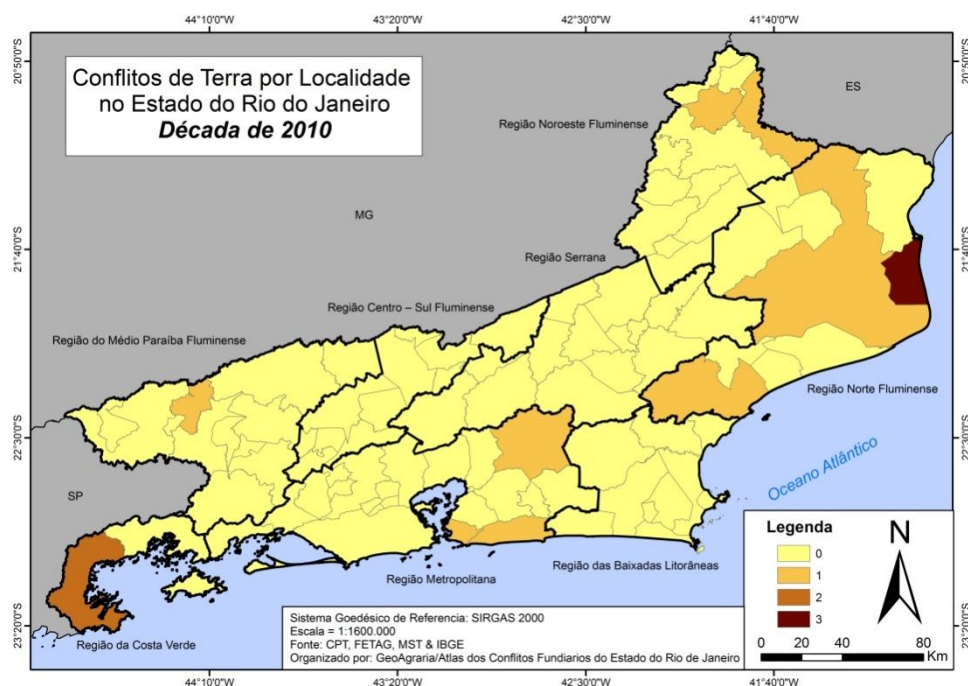
²² Os documentários “TKSCA: sem licença para operar, com permissão para poluir” (PACS, 2013) e “Pulmões de Açú” (Andrea Sperotti e Paolo Annenchini, 2014) abordam todas as implicações em torno da indústria siderúrgica, a partir do ponto de vista das populações diretamente afetadas pelos impactos desta atividade, incluindo os próprios trabalhadores. Os links para acesso estão disponíveis no final deste material.

(Mapa 6). Também os números expressivos de despejos, expulsões (Mapa 7) e assassinatos (Mapa 8 e **Anexo 4**) traçam a marca da violência que atinge diretamente toda a diversidade de povos que resistem frente ao avanço do capital sobre seus territórios (GONÇALVES e CUIN,2014).



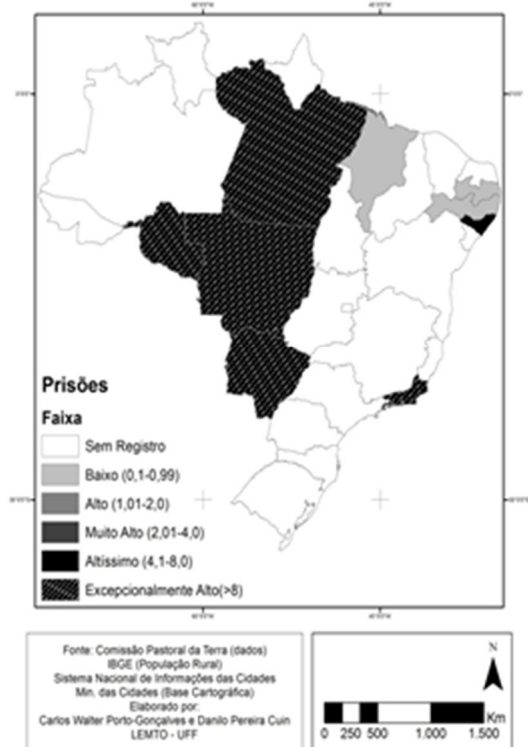
Desenho: Silas Evangelista, agricultor de Serra Queimada e militante do MAB

Mapa 4 – Localidade por conflito de terra no Estado do Rio de Janeiro (2010)



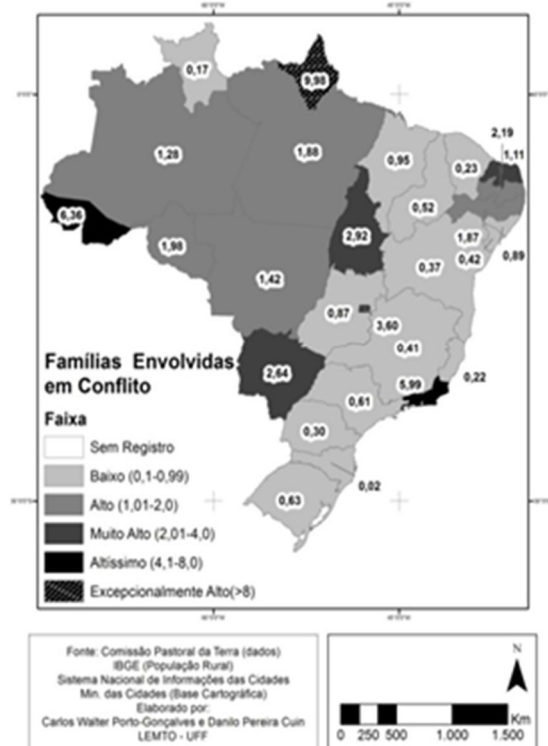
Mapa 5

**Índice de Intensidade da Violência
do Poder Público - Prisões - Brasil - 2013**



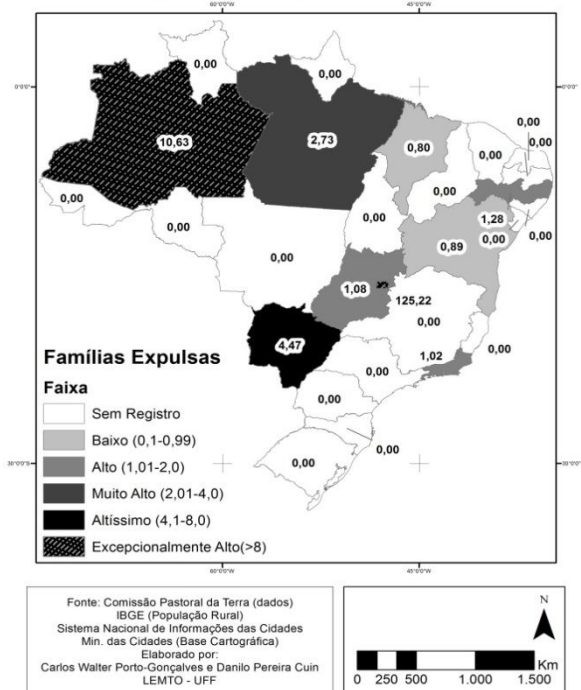
Mapa 6

**Índice de Intensidade de Conflitos
Famílias Envolvidas - Brasil - 2013**



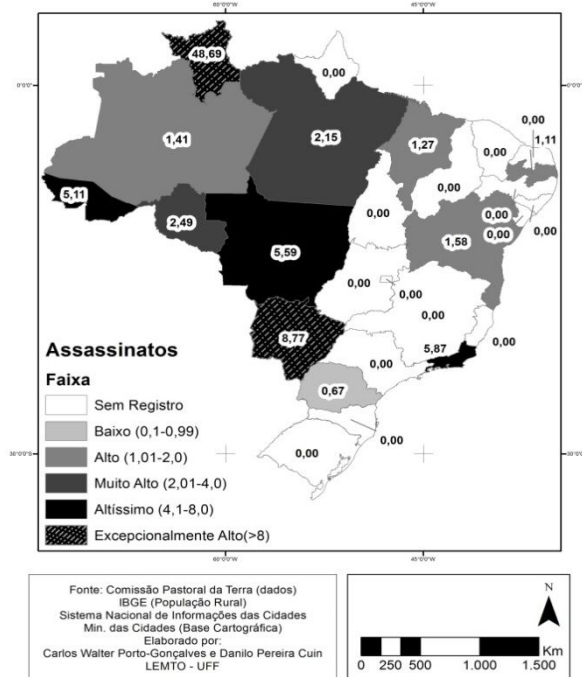
Mapa 7

**Índice de Intensidade da Violência
do Poder Privado - Expulsões - Brasil - 2013**



Mapa 8

**Índice de Intensidade da Violência do
Poder Privado - Assassinatos - Brasil - 2013**



A luta pela terra e pela água em Cachoeiras de Macacu

A proposta de construção da barragem do Rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu²³, nos apresenta uma faceta capaz de explicar a profunda violência histórica e estrutural pela qual passam homens e mulheres que historicamente habitam o campo fluminense: a possibilidade de serem expropriados de suas terras pela segunda, terceira ou quarta vez. Significa dizer que suas vidas estiveram e estão ao arbítrio dos distintos processos de ordenamento territorial do estado fluminense que ora assentam, ora expropriadam a partir dos interesses econômicos (público e privado) que são pautados sobre seus territórios (ver linha do tempo da luta pela terra e pela água no Vale do Guapiaçu – **Anexo 5**)²⁴.

Este fato fica visível na fala de um assentado em 2001 na Serra Queimada pelo Banco da Terra²⁵, ao relatar uma conversa com um pesquisador que participou da pesquisa Conflitos e Repressão no campo anteriormente mencionada:

você fez uma matéria lá sobre a revolução? Por que você não faz outra agora sobre a realidade de hoje? Continua a mesma coisa, só que ela está disfarçada, tá nós aí na mesma revolução de 64 sendo despejado das terras e falta pouco apanhar aí, ó. Faz outra. É real essa agora, não é passado não, essa é de hoje.” (entrevista realizado por Bernardo Xavier Santiago e Bárbara Pelacani, em 26 de janeiro de 2017).

É no contexto de expansão dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Rio de Janeiro que o atual projeto de construção da barragem-reservatório do Rio Guapiaçu está inserido. Trata-se de uma condicionante ambiental do Comperj uma vez que, segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que é requisito para obtenção das licenças necessárias para dar início ao empreendimento, haveria um enorme aumento populacional na região do Leste Metropolitano, aumentando a demanda pela água em áreas onde o abastecimento na região já é deficitário. No primeiro EIA produzido defendia-se o argumento de que a água da barragem requerida não seria utilizada para fins industriais. Com a pressão dos agricultores e agricultoras

23 O documentário “Guapiaçu, um Rio (de Janeiro) ameaçado (MAB,2015) produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens aborda o que está em disputa nesse projeto de barragem. Link para acesso disponível no final deste material.

24 O texto relativo ao Eixo 3 nos mostra os intensos conflitos pela terra por qual passaram os homens e mulheres que habitam a região do Vale do Guapiaçu nas décadas de 1960 em diante.

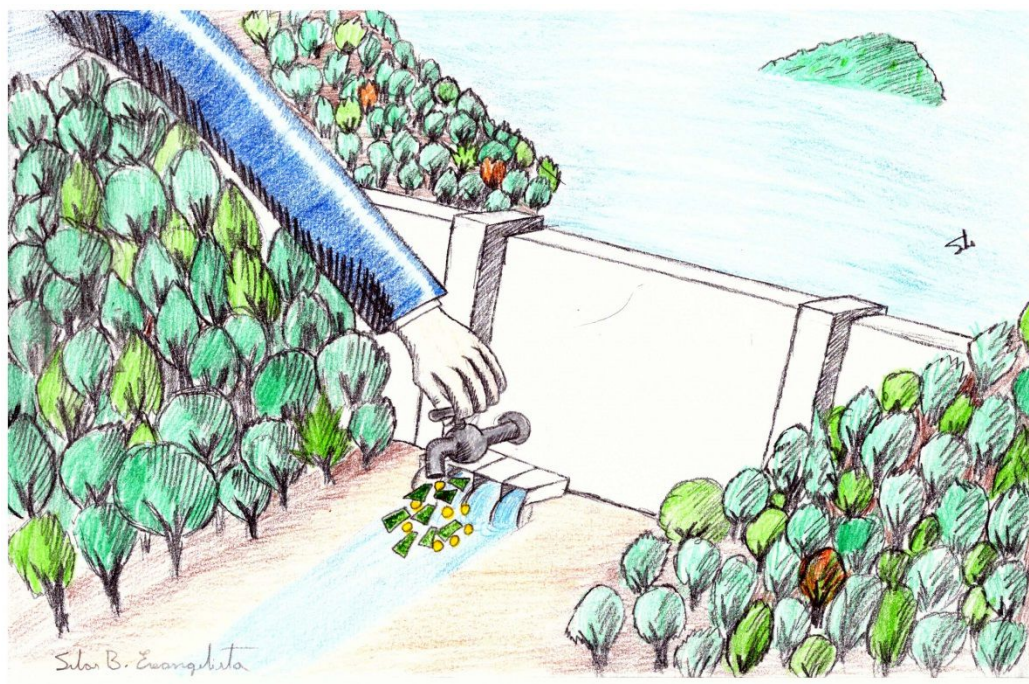
25 O Banco da Terra foi uma política da chamada reforma agrária de mercado, introduzida no governo Fernando Henrique Cardoso e que teve continuidade nos governos petistas com o nome de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Trata-se de um fundo com recursos do Banco do Brasil, que oferece financiamento para compra de terras por grupos de agricultores. Apesar da aplicação de taxas de juros mais baixas, melhores condições de parcelamento dos valores pagos e outros mecanismos para facilitar o pagamento, muitos grupos de agricultores familiares não conseguiram quitar os contratos de compra das terras, e permanecem em dívidas com o Banco do Brasil.

organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o referido EIA foi cancelado, sendo solicitado outro que fosse capaz de responder as contradições apontadas em relatório produzido pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2014). Já no segundo estudo passou-se a admitir que a água contida no reservatório também fosse utilizada para fins industriais, em especial, o próprio Comperj, corroborando a hipótese apontada pelo MAB e AGB.

Os agricultores e agricultoras estão historicamente comprometidos com o objetivo que permeou as primeiras ocupações de terra na região: “terra para quem nela trabalha!”²⁶ Segundo os dados da EMATER-RIO saem atualmente da região cerca de 55 toneladas de frutas, legumes e folhosas diariamente para o CEASA-Irajá, o que é equivalente a cerca de 20.000 toneladas de alimentos por ano. Além de 1.300.000L de leite por ano, uma significativa produção do gado de corte, piscicultura de corte e ornamental e ranicultura, gerando uma receita de cerca de R\$21.679.700,00/ano para o município de Cachoeiras de Macacu.

Segundo o MAB (2015), cerca de 1.000 famílias são impactadas pela proposta de construção da barragem do Guapiaçu, o que é equivalente a cerca de 2.400 a 3.000 pessoas afetadas pelo projeto (Mapa 9). As violações de direitos e a violência produzida pelo novo anúncio de construção da barragem são inúmeras: inundação das terras de cultivo; inundação total de inúmeras propriedades e inundação parcial de outras; instalação da Área de Proteção Permanente (APP), o que inviabilizará 1.190 hectares de terra; isolamento das famílias e dificuldade de acesso a determinadas comunidades; inundações e/ou enchentes frequentes; elevação do lençol freático; destruição de mercados consumidores e fornecedores; fechamentos de estruturas do serviço público; encerramento de postos de trabalho na agricultura; descumprimento da legislação ambiental; entre outras.

26 Esse era o lema das organizações camponesas que surgiram nos anos 1950 e aparecia como subtítulo do jornal *Terra Livre*, editado pelo PCB para distribuição entre os trabalhadores do campo.

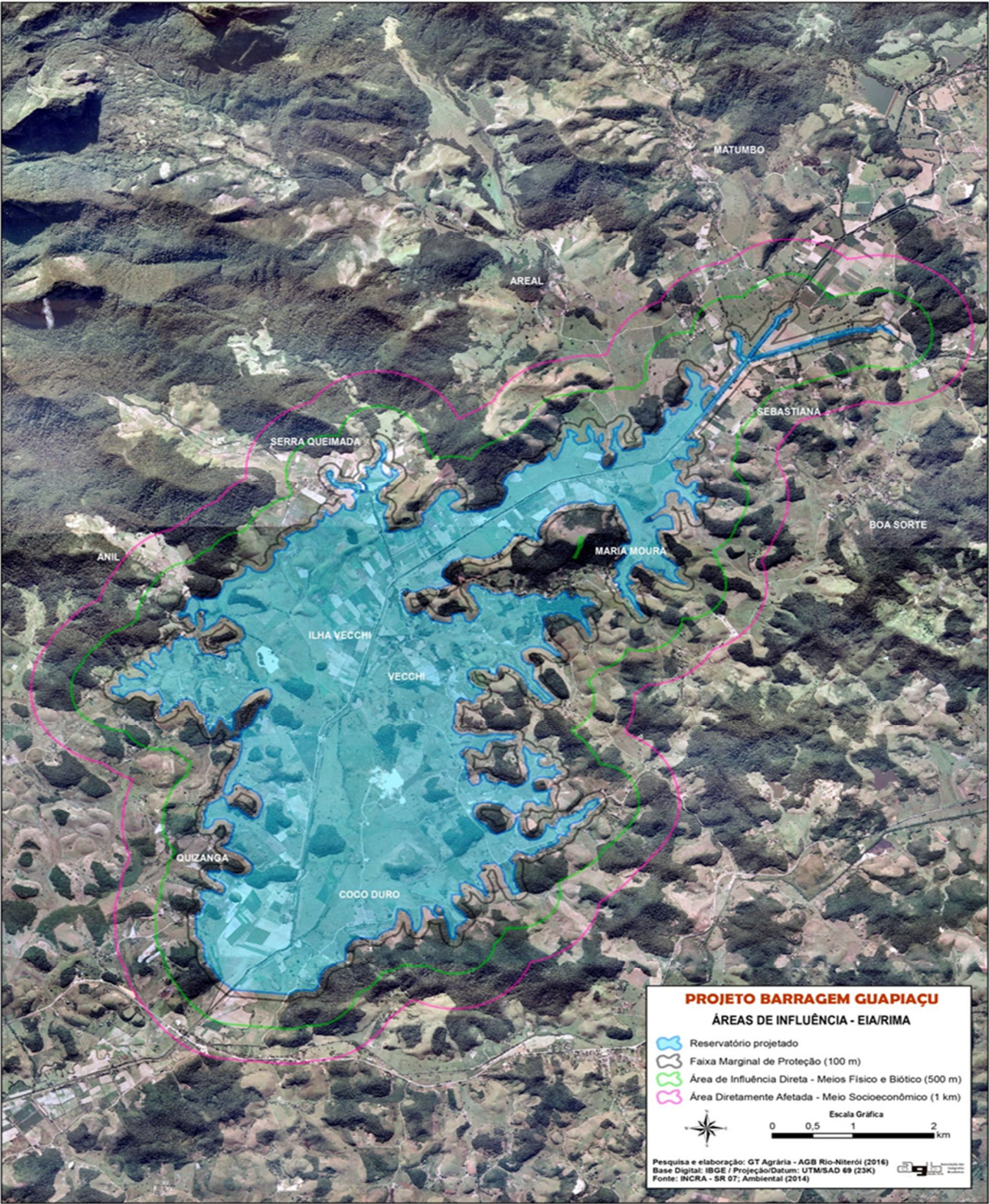


Desenho: Silas Evangelista, agricultor de Serra Queimada e militante do MAB

Os agricultores e as agricultoras do Vale do Guapiaçu defendem o processo de recuperação ambiental da sub-bacia do Rio Guapiaçu, através da restauração das matas ciliares e da proteção das nascentes, o que irá recuperar a vazão do rio e aumentar a oferta hídrica de água para o Leste Metropolitano.

Assim fica claro que está em curso uma disputa pela apropriação da água na região, de um lado os agricultores organizados no MAB lutam contra a barragem e pela recuperação ambiental da bacia, de forma a manter este espaço como local de vida, de produção de alimentos e de fornecimento de água para os habitantes do Leste Metropolitano, de outro, grandes empresas e o governo estadual almejam construir a barragem e se apropriar da água como fonte de lucro, expulsando os agricultores da região. Configura-se desta forma uma verdadeira luta pela água, articulada à luta pela terra no Vale do Guapiaçu, por isto o MAB afirma: terra para quem nela trabalha, com águas para vida e não para a morte!

Mapa 9: Projeto Barragem Guapiacu: Áreas de Influência EIA/RIMA



Considerações finais

O Estado do Rio de Janeiro, desde os anos 1960, tem sido considerado um estado com características urbanas e de vocação turística. Exceto na zona canavieira de Campos, onde houve ao longo dos anos 1970, incentivos, derivados do Proálcool, à expansão do plantio de cana, nas demais regiões, as atividades agrícolas poucos estímulos tiveram. Houve um abandono crescente das áreas rurais e das populações que nelas viviam como posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo em projetos de colonização do governo federal. A outra face desse processo foi a urbanização intensa e desordenada, com presença de empregos precários e favelização.

Como visto nos textos apresentados anteriormente, desde os anos 1950 vem ocorrendo uma expulsão em massa de trabalhadores do campo, ocasionada, em algumas áreas, pela expansão da pecuária; em outras, pela especulação gerada pela expansão de áreas urbanas ou para uso turístico, envolvendo inclusive a transformação de áreas rurais em sítios de recreio; em outras ainda, mais recentemente, pela criação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso do Comperj, do Complexo do Açú, do Arco Metropolitano, construção de barragens, etc.

Ao longo desse processo brotaram resistências e formas de organização dos trabalhadores do campo, que encontraram apoio em organizações de esquerda, como o Partido Comunista e as Ligas Camponesas no período anterior ao golpe empresarial-militar; em alguns segmentos da Igreja Católica, na Comissão Pastoral da Terra, em alguns sindicatos e na Fetag/RJ nas décadas de 1970 e início dos anos 1980 e, a partir de meados dos anos 1980 e principalmente na década de 1990, no MST, que promoveu diversas ocupações de terra, em especial nas áreas de usinas, então em crise. Mais recentemente, o MAB tem sido um suporte importante nos locais onde se planeja construir barragens.

Como mostrado ao longo dos textos, esse processo de resistência e organização foi marcado pela violência sobre os trabalhadores, tanto por parte de fazendeiros e empreendimentos agropecuários, quanto de especuladores imobiliários e do próprio Estado. Uma violência que se reflete em assassinatos de lideranças, ameaças, prisões, despejos, mas também, de forma mais sutil, num processo de expropriação que fragiliza e desestrutura famílias e tira-lhes a capacidade de reagir. Sempre é possível dizer que os camponeses, ao abandonar as áreas onde viviam, fizeram uma opção em busca de

melhores condições de vida. Mas não se pode deixar de considerar que, em muitos casos, a saída foi a única opção que restou.

No estado do Rio de Janeiro, a região de Papucaia e seu entorno (envolvendo o Núcleo Colonial, o distrito de Sambaetiba em Itaboraí, onde está situado o Comperj, e o Conjunto Rural do Guapiaçu) se destaca sob o ponto de vista dos conflitos fundiários. Nela eles vêm ocorrendo pelo menos desde os anos 1950. Foram várias e sucessivas intervenções do Estado, visando disciplinar a ocupação espontânea feita por famílias originárias de diversos lugares do território fluminense e de outros estados em busca de trabalho. A criação do Núcleo Colonial de Papucaia na década de 1950, as desapropriações da fazenda São José da Boa Morte, em 1964 e novamente em 1981, a compra das glebas Vecchi e Quizanga, em 1966, para compor o Conjunto Rural do Guapiaçu, o Projeto Integrado de Colonização de Marubá, na década de 1970, a transformação da fazenda Serra Queimada em empreendimento do Banco da Terra são indicadores de uma tensão latente e da permanência da demanda por terra, que atravessou mais de 60 anos de história. Mais recentemente, a resistência aparece em nova tentativa de deslocamento de famílias, desta vez por uma barragem no rio Guapiaçu.

Pouco sabemos dessa trajetória, do ponto de vista de quem a viveu. É uma história fragmentada que ainda precisa ser devidamente recuperada, uma história marcada pela ação de pessoas anônimas, que não aparecem como sujeitos políticos nos livros didáticos. Seu resgate é fundamental para dar substância à luta por direito à memória e verdade. A proposta de sistematizar para os estudantes locais o que já se tem acumulado e também de fazer aflorar novos aspectos e transformar os professores das redes de ensino municipal e estadual em agentes desse processo é o objetivo central da nossa proposta de trabalho.

**ANEXO 1: Lista de presos em razão de conflitos fundiários no
município de Cachoeiras de Macacu**

Lista de presos em razão de conflitos fundiários no município de Cachoeiras de Macacu

Seguem as três listas de presos no município de Cachoeiras de Macacu. As listas se referem aos lavradores, figuras públicas, apoiadores e ferroviários envolvidos nas ocupações da Fazenda São José da Boa Morte, nos anos de 1961, 1963 e 1980. A lista de 1961 pode ser encontrada no Prontuário nº 43 do Fundo de Políticas Públicas no Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A segunda lista, de 1964, foi composta a partir das informações encontradas no IPM do Processo de nº 7.477/69, no Relatório Parcial da Comissão da Verdade de Niterói²⁷, em Silva (1994) e no Prontuário RJ 40355²⁸. A última, referente à ocupação de 1980, foi encontrada em documento do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro, sendo uma relação parcial dos indiciados em inquérito pela ocupação da São José da Boa Morte em 30/01/1980. Este documento também se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, na pasta Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244. Esta lista apresenta 80 dos 89 presos na última ocupação²⁹.

<u>Presos na ocupação de 1961</u>		
Américo da Silva	Francisco de Assis	José dos Santos
Antonio Lopes	Franklin de Araujo Lima	Juarez de Barros Coelho
Antonio Xavier	Hildebrando Pereira	Mariano Beser
Fausto Gomes	Joaquim Salomão	Silvio Salomão
Fernando Barbosa	José Cabral	

27 Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da Comissão da Verdade de Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em <http://www.verdadeemniteroi.org/>. Acesso em 18/12/2014.

28 Relação dos acusados, com suas respectivas filiações, em inquéritos policiais instaurados para apurar atividades subversivas em território fluminense após o movimento revolucionário de 31 de março último. Documento assinado pelo escrivão Nilton Vieira em 04/09/1964 (Aperj, Prontuário RJ 40355).

29 Ver também Teló e Braga (2015, pp. 113-114; 125-127; 164-166) para maiores informações coletadas sobre cada nome.

Presos na ocupação de 1963

Abelardo Neponucemo	Delais (ou Delair) Gomes	José Blanco
Adão Clemente	Delcio Pereira	José Custódio de Souza
Adauto Fagundes de Amaral	Elília Cob Ferreira	José Ignácio de Moura
Adino da Silva Lota	Enedir Gonçalves	José Laurindo de Oliveira
Alcídio Salvador	Epifânio Guilhermino	José Nunes da Silva
Alfredo Alves Barbosa	Francisco Fagundes de Amaral	José Vitorino dos Santos
Alfredo Nunes da Silva	Haroldo Siervo Cardoso	Josefã de Pontes dos Santos Lima
Amadeo Rodrigues da Silva	Henrique Mourão	Júlio João da Rocha
Amaro de Andrade	Ignácio Pereira da Cunha	Libaldo Joaquim Pinto
Anderson Fontes	Ione Nunes da Silva	Luis Pereira Lemos
Anésio Dias de Freitas	Itamar Silva	Luiz Francisco de Lemos
Anísio Pires de Oliveira	Ivanir José Werly	Manoel Luiz Basílio de Aguiar
Antônio Enedino	Joair Gonçalves	Nilton Antônio Lobato
Antônio Jorge Xavier	João Corrêa de Paula	Osmar Pinto
Antônio Maria Porto	João Nunes da Silva	Silvio Pereira da Silva
Arlindo Ferreira	João Severiano	Ubirajara Muniz
Cândido de Souza	Joaquim Bernardes da Silva	Virginia de tal
Charles Netto da Costa	Joaquim Delgado Filho	Waldemiro de Oliveira
Cleber Viana Fontes	Joaquim Fernandes da Silva	

<u>Presos na ocupação de 1980</u>		
Ademir do Nascimento	Gerson Rodrigues	Lauri Pereira
Ademir dos Santos Borges	Glicério da Cruz	Laurides Pereira
Aderaldo da Silva Rosa	Iberaldo Jorge Antônio	Luiz Correia de Paula
Alcir Ferreira Brizão	Izaias Rodrigues Biazatti	Luiz da Cruz Correia
Alexandre Rangel	Jacy Rodrigues Viana	Manoel Escamilha
Almerindo Baiense	Jailton Rodrigues Viana	Manoel Gonçalves dos Santos
Amaro Caruso Borges	Joaci Moreira da Silva	Manoel Joaquim Beliene
Anastácio dos Santos	João Barbosa de Castro Filho	Manoel Nunes Pereira
Antonio Carlos Peres dos Santos	João Batista Amaral da Silva	Nilton Cardoso Ferreira
Antonio Ferreira de Almeida	João Corrêa de Paula	Novaes/Neves da Silva Sedano
Aristides Luiz Barcelos	João de Abreu Freitas	Orlando Ferreira Stellet
Arlindo da Silva Gomes	Joaquim Augusto da Costa	Paulo Ferreira de Almeida
Áureo Pereira	Joaquim Gonçalves da Rocha	Pedro da Silva Rosa
Ayrton Ferreira de Lima	Joel Gonçalves da Rocha	Pedro Guimarães Filho
Benedito dos Santos	Joel Rodrigues Viana	Pedro Lopes Carvalho
Braulio Francisco Cordeiro	Johaanes Joachim Maria Van Leewen	Reinaldo Baiense
Claudecir Santos da Silva	Jonas Rodrigues dos Santos	Sebastião Alves de Lima
Edson Silveira Couto	Jorge dos Santos	Sebastião Borges Pedrosa
Eldo Gomes Ferreira	José Amélio dos Santos	Sebastião Fernandes da Silva
Elias Teixeira da Silva	José Amorim dos Santos	Sebastião Ferreira
Elieser Fagundes Rangel	José Caldeira dos Santos	Sebastião Gregório da Silva
Eumar Gomes Ferreira	José Gomes Filho	Sergio da Conceição
Francisco Caldeira	José Honório de Almeida Jr.	Silas Teixeira da Silva
Geciel da Silva Pinto	José Maria Pereira Lima	Valci Pires Pinheiro
Genilson Cruz Colina	José Maria Peres dos Santos	Waldecir de Souza
Geraldo de Jesus	José Neto Rodrigues	Wilson Gonçalves da Silva
		Zenito de Lima Pianes

ANEXO 2: O Porto do Açú

O Porto do Açu em São João da Barra/RJ

O Complexo Industrial e Portuário do Porto do Açu (CIPA) foi projetado no ano de 2006 para ser um grande empreendimento industrial e logístico no município de São João da Barra, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro ao custo de US\$ 40 bilhões. Para sua instalação articularam-se o empresário Eike Batista, o governo estadual, à época chefiado por Sérgio Cabral, e a prefeitura local, sob o comando de Carla Machado. Ao grupo empresarial de Eike Batista, através da LLX, caberia implantar o porto e administrar o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), outras subsidiárias do Grupo X complementariam o empreendimento, como um estaleiro (OSX), o mineroduto de 525 km vindo de Conceição de Mato Dentro/MG (MMX) e a petroleira (OGX). As demais áreas seriam destinadas à instalação de outras empresas, entre siderúrgicas, metalúrgicas, usinas termelétricas etc.

Ao governo estadual caberia a desapropriação das terras e a concessão da licença ambiental para a instalação do CIPA. E à prefeitura local caberia a mudança na legislação de uso do solo, de forma a viabilizar a transformação do 5º Distrito de São João da Barra de área rural em área industrial. Esta mudança legal foi realizada no último dia do ano de 2008. Já a desapropriação das terras foi estabelecida por um decreto estadual editado em 2008 no mesmo ano. Atingiu 7.200 hectares e previa uma indenização média de R\$ 20 mil por hectare, atingindo 1.500 famílias de agricultores e 400 de pescadores artesanais. Vários desses resistiram e foram retirados à força da área pela polícia militar com apoio dos seguranças a serviço da empresa.

Mais de dez anos depois, o Grupo X faliu, só o porto, o mineroduto e o estaleiro estão instalados e em operação. As obras realizadas resultaram na salinização generalizada dos solos e das águas. Dos 7.200 ha, apenas cerca de 1.000 ha foram ocupados e os demais 6.200 permanecem como estoque de terras sob o controle agora da Prumo, empresa de capital estadunidense que herdou as terras doadas pelo governo do estado para a LLX. Terras essas cujo arrendamento chegou a render R\$ 50 mil por hectare ao mês, contra R\$ 20 mil por hectare pagos aos agricultores. Aliás, nem isso, pois a grande maioria dos agricultores desapropriados não recebeu até hoje a indenização.

Diante da não concretização da ocupação industrial da área e do não pagamento das indenizações, os agricultores, organizados na Associação dos Produtores Rurais e Proprietários de Imóveis de São João da Barra (ASPRIM), com apoio do MST, reocuparam, neste ano de 2017, as terras do CIPA, exigindo a anulação das desapropriações e a devolução das terras (AGB, 2011). Para saber mais sobre este conflito, ver o documentário *Ignorados* produzido por Ana Maria Costa, professora da UFF de Campos dos Goytacazes e integrante da pesquisa *Conflitos e Repressão no Campo*, cujo link de acesso se encontra no final deste material. Ver também sua tese de doutorado, na bibliografia.

ANEXO 3: O COMPERJ

Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

Situado numa zona que era considerada rural, o Comperj ocupa 45 milhões de metros quadrados, cerca seis mil campos de futebol, correspondente a aproximadamente 10% da área do município de Itaboraí, no distrito de Sambaetiba. Foram desapropriados 175 imóveis, o que resultou no desemprego de 301 funcionários das propriedades desapropriadas (grandes produtores proprietários, pequenos produtores proprietários, sitiantes, pequeno produtores não proprietários, trabalhadores rurais residentes nas propriedades, trabalhadores rurais não residente nas propriedade, trabalhadores prestadores de serviços).

Em grande parte desta área havia sido criado, em 1951, o Projeto de Colonização Papucaia. Em 1966 a área foi ampliada com a constituição do Conjunto Rural do Guapiaçu, com assentamento de famílias envolvidas em conflitos fundiários na região e de outras áreas do estado. Ainda que tenha sofrido transformações entre a década de 1960 e a chegada do Comperj, trata-se de uma área que foi objeto de duas desapropriações, a primeira diretamente ligada às questões rurais e agrícolas para fins de reforma agrária e a segunda que visou “apagar” tais dimensões daquele mesmo território.

A estatal chegou a prometer indenizações aos funcionários que perderam seus empregos nas propriedades desapropriadas, mas nada foi concretizado. Além disso, cabia à Petrobrás a realocação assistida dos moradores das áreas desapropriadas, mas, de acordo com diversos depoimentos, os empregados dos sítios desapropriados tiveram que buscar alternativas por conta própria. Muitos ainda vivem na expectativa de receber algum benefício da petroquímica.

Produtores que não foram desapropriados têm promovido enfrentamentos diretos com a Petrobrás em busca de alguma compensação econômica, pois suas propriedades sofreram consequências diretas e graves em função de fazerem divisa com a área do Complexo. Mas o diálogo com a estatal é raro, conflituoso e burocrático. Observa-se, nesse sentido, uma grande quantidade de propriedades à venda para as quais não se encontram compradores. É forçoso constatar que, atualmente, o único fim possível para estas propriedades está relacionado às atividades industriais, uma vez que estão numa zona industrial, e também porque o interesse que atraíam como sítio de lazer ou para produção agrícola ficou completamente comprometido com a proximidade deste mega empreendimento. Toda essa situação se agrava frente às incertezas que cerca o futuro do Comperj já que grande parte do que era apresentado como contrapartida (geração de emprego e renda) aos efeitos negativos de sua implantação ainda não se concretizaram e tudo indica que não se concretizarão da forma como foi inicialmente anunciado.

**ANEXO 4: Ocorrências de assassinatos/tentativas e ameaças de morte
nos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro (2007-2016, CPT)**

Ocorrências de assassinatos/tentativas e ameaças de morte nos conflitos no campo no estado do RJ (2007-2016)³⁰

Tipo de Violência	Nome, idade, profissão, etc	Cidade	Conflito	Data da Ocorrência
Ameaçados de morte	s/nome, liderança de pescadores da Baía de Sepetiba	Rio de Janeiro/Mangaratiba/Itaguaí	Baía de Sepetiba/Vale/TKSCA	05/02/2009
	Damião Braga Soares, quilombola	Rio de Janeiro	Quilombo Pedra do Sal	27/08/2009
	Jorge Nunes de Souza, “seu Chico”, pescador	Niterói	Colônia de Pescadores Z-7/Praia de Itaipu	10/11/2009
	Daize Menezes de Sousa, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	30/04/2010
	Alexandre Anderson de Souza, , liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	30/04/2010
	Luiz Carlos de Oliveira, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Mangaratiba/Itaguaí	Baía de Sepetiba/Vale/TKSCA	21/01/2010
	Alexandre Anderson de Souza, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	13/05/2011
	Maicon Alexandre Rodrigues, o Pelé	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	11/04/2013
	Daize Menezes de Sousa, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	28/01/2013
	Cícero Guedes dos Santos, liderança luta pela terra	Campos dos Goytacazes	Acampamento Oziel Alves/Mergulhão/Cambahyba	01/01/2013
	Noêmia Magalhães, agricultora, liderança da luta pela terra	São João da Barra	Complexo Portuário do Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	17/10/2013
	Filhos do sr. Irineu Toledo, agricultor	São João da Barra	Complexo Portuário do Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	17/10/2013
	Alexandre Anderson de Souza, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói/São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	09/04/2014

³⁰ As ocorrências apresentadas pela tabela estão diretamente relacionadas ao processo de expansão dos grandes projetos de desenvolvimento que atingem tanto áreas rurais como urbanas, vide os conflitos na Baía de Sepetiba (Porto de Sepetiba e TKCSA) e na Baía de Guanabara (COMPERJ). Incorporamos os dados referentes ao período de expansão destes projetos, com o objetivo de mostrar a relação direta entre estas ocorrências e os grandes projetos de desenvolvimento

Tipo de Violência	Nome, idade, profissão, etc	Cidade	Conflito	Data da Ocorrência
Tentativas de Assassinato	Alexandre Anderson de Souza, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	01/05/2009
	Daize Menezes de Sousa, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	31/07/2010
	Alexandre Anderson de Souza, liderança de pescadores	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	31/07/2010
	Paulo Toledo, agricultor	São João da Barra	Complexo Portuário do Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	29/06/2016
Assassinatos	Paulo César Santos. Pescador	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	22/05/2009
	Márcio Amaro, pescador	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	19/01/2010
	Clayton Luis dos Anjos, pescador	Rio de Janeiro/Magé/Niterói /São Gonçalo	Comunidades Baía de Guanabara/GDK/ Petrobrás	25/01/2013
	Regina dos Santos Pinho	Campos dos Goytacazes	Acampamento Oziel Alves/Mergulhão/ Cambahyba	06/02/2013
	Cícero Guedes dos Santos, liderança luta pela terra	Campos dos Goytacazes	Acampamento Oziel Alves/Mergulhão/ Cambahyba	25/01/2013
	Carlos Eduardo Cabral Francisco, assentado	Campos dos Goytacazes	Assentamento Zumbi dos Palmares/Faz. São João	22/02/2014

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (2007 -2016)

**ANEXO 5: Linha do tempo da luta pela terra e pela água no vale do
Guapiáçu**



1961

1951
O então governo Vargas criou o Núcleo Colonial Papucaia, com o objetivo de implementar um cinturão de abastecimento de alimentos para o Rio de Janeiro. Este núcleo de colonização gerou um processo de migração de diversos agricultores e agricultoras provenientes do Norte Fluminense, do Espírito Santo e de Minas Gerais;

1963
Nova ocupação, organizada pelo Sindicato dos Lavradores em conjunto com o Sindicato dos Ferrovirios;

LUTA PELA TERRA E ÁGUA NO VALE DO GUAPIAÇU

Exército interdita terras em Cachoeiras

CACHOEIRAS DE MACACU (Do correspondente João José) — Tropas do Exército continuam acampadas nesta cidade, sob o comando do coronel Ben Constantino Giza, onde interditarão as terras desapropriadas pela extinta SUPRA e continuam procurando exilados sindicais e camponeses. Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do Estado e voluntários, vasculham, saqueiam, saqueiam, as matas e os cascos dos lavradores no afã de encontrarem os camponeses. Antônio Maria Pôrto, Eneide Gonçalves, Antônio Dias de Freitas, Alcides Salvador e Antônio Jorge Xavier, além de outros políticos considerados comunistas.

MANDATOS
O ex-presidente da Câmara dos Vereadores, Dr. Charles Meia da Costa, que se encontra preso, há dias em Niterói, ainda não teve seu mandado de prender cassado, não obstante haver movimentação das elites para tal.

Estão presos os lavradores Alvaro Fernandes Queiroz e José Custódio (Dito) Oliveira, definitivamente, sem mandados cassados.

PLANOS E MAPAS NO ESCONDERIO DO SUBVERSIVO

PRESO EM CACHOEIRAS DE MACACU O LIDER DOS AGITADORES LOCAIS

1964

Flagelado de Imbê vai para Papucaia

O trabalho de fixação de homens na terra não está sendo efetivado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na região de Papucaia, como pretendido na Fazenda Vecchi, Sebastiana, Quatana, Rio José da Boa Morte, Condição Rural de Guapiacu e Fazenda Vargem Grande. O envio das equipes e a fazenda Vecchi, situada no município de Imbê, no Estado do Rio de Janeiro, onde já está sendo iniciado, embora em condições precárias, diversas ocupações da área de Imbê, nas proximidades de Campos, e que foi claramente castigada pelos temporais no princípio do ano, tornando a região imprópria não só para a produção, como para a sobrevivência dos seus ocupantes.

Na fazenda Vecchi o IBRA está evitando a abertura de uma nova estrada que ligará o asfalto, destinada ao escoamento da produção dos produtores. A estrada atualmente em uso apresenta situação precária e atravessa grande área que não pertence ao domínio da fazenda.

1969

Doze lavradores são presos acusados de invadir terras da Fazenda Vecchi;

1983

1985
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro propõe o primeiro projeto relativo à construção de uma barragem-reservatório, no alto Rio Guapiacu;



1989

2001
Criação do Assentamento Serra Queimada pelo Banco da Terra; "A gente tá lutando com unhas e dentes, por quê? O sonho de todo agricultor é ter um pedaço de terra seu, um pedaço de terra bom, que você não precisa de irrigação. Graças a Deus a gente tem chuva o ano todo e todo mundo trabalha aqui com seu pedaço de terra. A gente criou nossos filhos, ensinando pra eles a arte de ser agricultor (...) Nosso curso, nossa faculdade é de agricultor e nós fizemos faculdade fazendo na prática (...)"² - Rosilene Brives, assentada de Serra Queimada;

A proposta de construção da barragem-reservatório do Rio Guapiacu é apontada como condicionante ambiental no EIA/RIMA do Comperj;

2007

2014
Após forte mobilização dos movimentos sociais e agricultores o INEA suspendeu o processo de requerimento de Licença Ambiental Prévia, recomendando a realização de um outro estudo;

¹ Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
² entrevista a Bernardo Xavier Santiago e Bárbara Pelacani, em 9 de fevereiro de 2017;

Referências Bibliográficas

AGB. *Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú*. Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários – Seção Local Rio de Janeiro e Niterói, 2011.

_____. *Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiaçu – Cachoeiras de Macacu*, Rio de Janeiro. Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários – Seção Local Rio de Janeiro e Niterói, 2014.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. In: PEDLOWSKI, M., OLIVEIRA, J. C. P. e KURY, K. A. (orgs.) *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BORGES, Tomás; MEDEIROS, Leonilde. Estatuto da Terra. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

_____. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: _____. *Razões Práticas*. Campinas: Ed. Papiros, 1996.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014, vol. 2.

CADORIN, Vitor Francisco. *Barragem e reforma agrária de mercado: o duplo impacto opressor sobre os camponeses de Serra Queimada – Cachoeiras de Macacu/RJ*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2017, tese de doutorado.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravidão no Vale do Macacu*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS. Câmara dos Deputados. Relatório. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194578/CPIconflitodeterras.pdf?sequence=6> . Acesso 11 de abril de 2018.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO. Câmara dos Deputados. Relatório. Brasília, 1982. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2A1BF49E-E0FC256EB3803F3B957A6D2D.proposicoesWeb2?codteor=1243744&filename=Dossie+-PRC+85/1991+CPIVC . Acesso 11 de abril de 2018.

CONFLITOS NO CAMPO – 1990. *O Espinhoso Caminho para a liberdade*. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia. Edições Loyola, 1991.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. *Journal of peace research*, 6(3), 1969, 167-191.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, nº 3, 1954.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

_____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In.: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

LAMARÃO, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Estatuto do Trabalhador Rural. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Teixeira da. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

MAB. *Impactos sociais da barragem do Guapiaçu*: Dossiê Barragem do Rio Guapiaçu. Rio de Janeiro, 2015.

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 301-325, ISSN 1413-0580.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos Fundiários e Violência no campo. In: *Conflitos no Campo Brasil 2014*. CPT, Goiânia, 2015.

_____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. (pp. 195-229).

_____. Introdução. Conflitos fundiários e trabalhistas no Estado do Rio de Janeiro: definição do tema e formas de abordagem. In.: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (coord). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. www.cev-rio.org.br/projetosfaperj.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; PINEIRO, Theo Lobarinhas. *A grilagem como legado*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964 – 1986. Relatório do MST. 2 ed. São Paulo: Global, 1987.

PELACANI, B. ; SANTIAGO, B. X. S. ; D' Andrea, P. ; MORAIS, H. B. . 'El agua desde abajo por la vida': Ensaio sobre o território do Vale do Guapiaçu entre gestão comunitária da água e a ameaça da barragem. In: VIII Seminário Brasileiro de Áreas

Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2017, Niterói. Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2017.

PENA, Dom Alano. Amazônia – “terra sem homens”, ou homens sem terra? Depoimento de Dom Alano Pena, o bispo de Marabá-PA à CPI da Terra. Brasília, 27 de abril de 1977. Disponível em <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2015/11/depoimento-de-dom-alano-pena-na-cpi-da.html> Acesso em 05 de abril de 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): Expropriação, violência e r-existência. In: Conflitos no Campo Brasil 2013. CPT: Goiânia, 2014.

SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Tese (doutorado). Campinas: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira. Revista Mundos do Trabalho, vol. 7, n. 13, 2015, p. 151-173.

SILVA, José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

TAVARES, Ana Cláudia; TROTTA, Mariana. Os usos do direito pelos(as) advogados(as) de trabalhadores do campo durante a ditadura militar empresarial no estado do Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 18. 2017, Brasília. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0446-1.pdf>. Acesso em 09 de abril de 2018.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Sindicalismo Rural e conflitos de terra na Baixada: 1967 – 1979. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXV. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0907.pdf> Acesso em 20 de março de 2018.

TELÓ, Fabrício; BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (coord). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. www.cevrio.org.br/pesquisasfaperj.

VIANA, Gilney (coord). Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

Sugestões de filmes e documentários

Eixo 1:

- O dia em que meus pais saíram de férias (Caio Hamburger, 2006)
<https://www.youtube.com/watch?v=yplwrQIWgIw>
- Cidadão Boilesen (Chaim Litewski, 2009)
<https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY&t=21s>
- O dia que durou 21 anos (Camilo Tavares, 2013)
<https://www.youtube.com/watch?v=RVnf3Ap7guQ>
- Em busca da verdade (TV Senado, 2015)
<https://www.youtube.com/watch?v=BUiFjNBP77Y>
- Verdade 12.528 (Paula Sachetta e Peu Robles, 2013)
<https://www.youtube.com/watch?v=7l9OJOGfOc0>

Eixo 2:

- Cabra marcado para morrer (Eduardo Coutinho, 1985)
<https://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLlR0c>
- Sobreviventes de Galileia (Eduardo Coutinho, 2013)
<https://www.youtube.com/watch?v=AsUu2ua1gGE>
- Nas terras do bem virá (Alexandra Rampazzo, 2007)
<https://www.youtube.com/watch?v=VibNE-8dN7o>
- O povo que falta (André Queiroz, 2015)
https://www.youtube.com/watch?v=GKLF_AEX42A
- Cadê Profiro? (Hélio Brito, 2004)
<https://www.youtube.com/watch?v=7A8WN4LI8jw>

Eixo 3

- Caminhos do Rio (Cecília, Figueiredo, 2010)
<https://www.youtube.com/watch?v=FHvPXGfnFZI>
- Josefa: uma mulher na luta camponesa (Roberto Maxwell e Luiz C. Lima, 2002)
<https://www.youtube.com/watch?v=LgIMWGLrWE4>
- Memória Camponesa (2004)
<https://www.youtube.com/watch?v=Wl9qeRYz7aM>
- Sementes em Trincheira (Marcelo Hernandez, 2006)
<https://www.youtube.com/watch?v=dqtNKg4uNao>

- Zé Pureza (Marcelo Hernandez, 2006)
<https://www.youtube.com/watch?v=EH4U9dSLTw>

Eixo 4:

- Guapiaçu: um Rio (de Janeiro) ameaçado (MAB, 2015)
<https://www.youtube.com/watch?v=0VjZ6ro6BCk>.

- A peleja do povo contra o dragão de ferro: Carajás 30 anos (ENSP/FIOCRUZ)
<https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI>.

- TKCSA - sem licença para operar, com permissão para poluir (PACS, 2013)
<https://www.youtube.com/watch?v=eBI5oUOpayU>.

- Pulmões de aço (Paolo Annechini e Andrea Sperotti, 2014)
<https://www.youtube.com/watch?v=oL0JIX8AVIE>.

- No Rio e no Mar (Jan Willem Den Bok e Floor Koomen, 2016)
<https://www.youtube.com/watch?v=XpeSNi1gJmA>.

- O cabeça acabou-se (Marcos Duarte, 2016)
<https://www.youtube.com/watch?v=u2TLjtglmHI>.

- Ignorados (Ana Costa, 2012)
https://www.youtube.com/watch?v=dpM_QLX9svM